Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 26 de junho de 2014

Ata N.º 8

No dia vinte e seis de junho de dois mil e catorze, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Desafetação do domínio público no âmbito da alteração à licença de loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 282; Reqte: Administração Conjunta da AUGI de Brejos Carreteiros; Procº: L-34/87, Vol. I 1; Local: Brejos Carreteiros (Perímetro Urbano de Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros), Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO TRÊS – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela – Aprovação;

PONTO QUATRO – Autorização de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado na carreira de assistente operacional;

PONTO CINCO – Contas consolidadas 2013.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. José da Cruz Silvério;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;

- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- A **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente;
- A **Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira** que se encontrava presente;
- A **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos de licença de maternidade, tendo a falta sido considerada justificada.
- O **Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU**, **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira da CDU**, **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato a uma informação.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Queria começar por uma informação a todos os Srs. Membros da Assembleia Municipal. Lembram-se com certeza que nós no passado mês de janeiro tivemos um ato de reunião em simultâneo das dezoito Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa com o objetivo de eleger a Comissão Executiva Metropolitana. Tendo esse ato eleitoral não aprovado a proposta apresentada, como sabem a lei determina a apresentação de proposta única por parte do Conselho Metropolitano, houve lugar à repetição do ato.

Os meses entretanto decorridos foram meses, como a lei manda, em que o Sr. Presidente do Conselho Metropolitano terá auscultado os vários grupos, partidos, etc. No passado dia dezanove houve uma reunião do Conselho Metropolitano que aprovou então a nova proposta a submeter às Assembleias Municipais.

Nesse sentido, agora sim é esta a informação que queria que retivessem por favor, no próximo dia quinze de julho mais uma vez, entre as dezanove e as vinte e duas horas, terão que acontecer todas as Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa.

O que é que eu pedia, algumas regras que nós precisávamos de cumprir para que a Assembleia funcione. Primeiro nós na última reunião por acordo, entre todos, naturalmente esta não é decisão formal porque a lei manda que a Assembleia se realize objetivamente entre as dezanove e as vinte e duas e lá estaremos, no mês de janeiro e eu fazia o mesmo apelo de concentrar a nossa votação dentro da primeira hora. Repito, os

serviços estarão até às vinte e duas horas como manda a lei, mas se pudermos concentrar a votação na primeira hora nós começamos a despachar todo o processo e não há necessidade de estar à espera que vá votar uma pessoa de cada vez durante três horas. Enfim entre as sete e as oito, as oito e meia de acordo com a disponibilidade de cada um fazia esse apelo. Repito, alguém que só possa ir em cima das dez por favor vá porque os serviços estarão a funcionar e o voto é, naturalmente, aceite. Esta é a primeira regra.

Nós vamos fazer, como fizemos da outra vez, nas instalações da própria Assembleia. Porquê? Porque temos condições práticas e de resolver qualquer problema que surja mesmo do ponto de vista mais técnico.

Segundo aspeto muito importante é o facto de por estarmos em julho haver, provavelmente, já muita gente de férias, eu próprio interrompo férias para o ato eleitoral, e termos que tratar atempadamente dos pedidos de substituição. Porquê? Repito mais uma vez, é possível fazer uma substituição imediatamente antes de começar a votação, isto é na hora antes das sete da tarde, mas não é isso que é recomendável. O que é recomendável é que as substituições sejam todas feitas atempadamente, isto é durante a próxima semana, para que nós possamos fechar o caderno eleitoral já com as pessoas que virão efetivamente votar. Portanto repito, todos os membros da Assembleia que souberem que não vão poder estar presentes no dia quinze o que se pede é que durante a próxima semana comuniquem a vossa ausência e peçam a substituição para podermos proceder à convocação do membro seguinte para o caderno estar preparado que de acordo com a lei tem que ser enviado uns dias antes do ato eleitoral.

Em síntese é isto, é estarmos todos no dia quinze de julho a partir das dezanove horas, de preferência na primeira hora que se segue, nas instalações da nossa Assembleia e quem não puder estar que se faça substituir com pedido durante a próxima semana.

Entretanto a lista será enviada a todos as Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, de qualquer maneira aproveito para informar que a lista aprovada no Conselho Metropolitano é então a lista ordenada e constituída pelos seguintes membros: Demétrio Carlos Alves, Primeiro Secretário; o Secretário Metropolitano Executivo, João Pedro de Campos Domingues; o Secretário Metropolitano Executivo, Filipe Eduardo Miranda Ferreira; o Secretário Metropolitano não Executivo, Carlos Alberto Picanço dos Santos e também como Secretário Metropolitano não Executivo, Emanuel de Jesus Colaço Costa. Há então um Primeiro Secretário, mais quatro Secretários, dos quais dois são Executivos e dois são não Executivo.

Não sei se há alguma questão sobre esta matéria em concreto, estamos num período apenas de informações mas atendendo a que é uma questão muito pontual se houver alguma dúvida por favor.

Não havendo e passado este período de informações passamos ao período seguinte."

<u>Período de Antes da Ordem do Dia</u>

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa um Requerimento pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP, que será reencaminhado para o Sr. Presidente da Câmara, e cinco Moções – três da CDU, uma do PS e uma do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu ia sugerir às Sras. e Srs. Membros da Assembleia que nós começássemos por colocar à discussão as Moções. Às vezes deixamo-las para o fim mas já aconteceu ser a Mesa confrontada com a opinião das Sras. e Srs. Membros que tinha ficado pouco tempo para a discussão das Moções, portanto nós vamos começar por discutir as Moções e se tivermos que limitar tempo fá-lo-emos depois a seguir no período de intervenção. Se preferirem o contrário a Assembleia é soberana mas a minha proposta neste caso é que começássemos pelas Moções, estão de acordo?

Nesse caso tem a palavra a CDU para apresentação da primeira Moção. Nós vamos intercalar com a Moção do PS porque é sobre saúde também. Se calhar até sugeria, se entenderem e se houver consenso da parte das duas bancadas, que se apresentassem as duas Moções, depois discutia-se e votasse as duas Moções."

Moção da CDU *"Contra o encerramento de serviços hospitalares"*

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Caçoete** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dava agora a palavra ao PS para apresentação da sua Moção sobre saúde."

Moção do PS *"Contra o encerramento de serviços hospitalares – Defender o SNS"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Coelho** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre estas duas Moções. Pergunto se há alguma intervenção. Não havendo penso que estamos em condições de votar. São complementares, votamos a duas, certo? Estamos em condições de votar? Primeiro vamos votar a Moção da CDU e de imediato a Moção do PS.

Submetida a Moção da CDU a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Submetida a Moção do PS a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos agora à terceira Moção, neste caso sobre a questão da mobilidade, e tem a palavra a CDU."

Moção da CDU *"Pelo direito da população do concelho de Palmela transporte público e mobilidade."*

Tomou a palavra o **Sr. Valentim Pinto** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Munícipes presentes, técnicos da Câmara, trabalhadores da Câmara, comunicação social.

Nesta primeira intervenção sobre a Moção apresentada nós, Partido Socialista, queremos aqui distinguir dois ou três aspetos.

Primeiro, não é verdade, já disse aqui várias vezes mas já vi que tenho que repetir em quase todas as Assembleias, que o memorando aponte para a privatização total das empresas de transportes públicos. Não é verdade, não está lá nada disso, não é verdade o primeiro parágrafo e é assente meramente num conceito ideológico e numa afirmação de caráter ideológico que não tem a ver com a realidade e, portanto, nós não podemos estar de acordo com isso.

Depois não temos como partido, o Partido Socialista não tem, problemas nas privatizações e nas empresas privadas. Nós não estamos com os privados quando eles nos servem e contra os privados quando eles não nos servem. Achamos que na economia há lugar para o público e para o privado, e neste setor há claramente lugar para empresas privadas desde que, e aqui realço desde que, sejam garantidos a qualidade dos serviços, a segurança e a mobilidade das populações. São três aspetos fundamentais: qualidade, segurança e mobilidade, portanto nesse aspeto não temos nenhum pejo ideológico de que sejam privados a exercer esse serviço desde que o façam dentro destes parâmetros.

Queria dizer que o importante aqui, e na nossa área metropolitana e no nosso concelho, é que temos graves problemas de mobilidade interna. Temos muito mais problemas de mobilidade interna que mobilidade para o exterior ou do exterior para dentro, nós temos aqui é graves problemas de mobilidade interna e já o tínhamos com a Rodoviária, portanto isto não é uma questão de público ou privado é uma questão de organização e de um plano objetivo e claro de mobilidade e de transportes públicos no concelho e na área metropolitana.

Acho que falta, claramente, na área metropolitana é um plano estratégico de transportes para a área metropolitana e esse deve ser construído com a área metropolitana, com as autarquias, com as populações, e esse falta e claramente, aí, até estamos de acordo.

Assim como estamos de acordo com os pontos um e dois dos considerandos, quando apontam para exigir ao Governo, exigir ao Governo e à Autoridade Metropolitana de Lisboa os pareceres sobre as alterações dos horários e percursos, etc., etc., depois, logicamente, já não estamos de acordo com o ponto três porque achamos todos e o Partido Socialista é um partido que também ele defende o mercado e também ele defende que pode haver a conjugação entre o público e o privado, desde que, reafirmo e torno a dizer, estejam garantidos as condições de segurança, de qualidade e de mobilidade das populações. A partir daí temos que o fazer e temos bons exemplos aqui no nosso concelho que nem a empresa pública Rodoviária Nacional nem a empresa privada TST têm dado, ou deram, boa mobilidade ou um bom serviço de transportes públicos ao concelho e às populações. Portanto não é uma questão de público ou privado é, claramente, uma questão de qualidade de serviço. Claramente vamos votar contra se, se, mantiverem estes considerandos votaremos contra esta Moção.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na pessoa da Sra. Presidente cumprimento a Mesa e todos os eleitos da Assembleia Municipal, o executivo da Câmara, o público, jornalistas e funcionários da Câmara Municipal de Palmela.

Efetivamente o nosso voto será um voto contra esta Moção porque não estamos nem contra os públicos nem contra os privados, portanto não estamos contra os serviços públicos mas também não estamos contra os serviços privados.

Quem trabalha em Lisboa, como eu atualmente, muitas vezes ouve nos períodos de greve em que o comboio, numa parte que está a funcionar privada e a outra que está a funcionar diferente, as pessoas do que me chega muitas vezes é que preferem o serviço privado. Não é que não haja direito à greve, sentem-se é prejudicadas porque têm os passes comprados e tudo o resto e não conseguem ir para os empregos.

Relativamente à mobilidade no concelho, tínhamos muito a exigir. Quando exigimos ao Governo tínhamos que exigir à Câmara Municipal. Eu lembro-me sempre há oito anos quando tivemos uma reunião na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo com os TST, acho que foi das primeiras que houve, para haver transporte para a estação dos comboios. Efetivamente o que os TST nos disseram é que não havia estradas condignas na freguesia de Quinta do Anjo para que o transporte chegasse à estação. Havia a estrada conhecida "da Coca Cola" que está no estado em que está e que também temos que reivindicar a sua reparação ou desafetação para o domínio público porque a Câmara também tem que defender os interesses dos munícipes e essa

estrada é utilizada há muitos e longos anos e não foi ainda desafetada para o domínio público. Para além disso do outro lado está agora, finalmente, a ser construída a tal estrada por onde irão ser, segundo informação do Sr. Presidente, estudadas carreiras para a estação e deslocação dos munícipes.

E há outros problemas no concelho, também a nível do Poceirão e de outras freguesias, de mobilidade. Efetivamente nas áreas mesmo de campo do Pinhal Novo também e portanto não vejo que seja por aqui esta exigência que resolve os problemas. Porque nós também exigimos aqui muitas vezes o tratamento desses problemas e, efetivamente, eles não foram tratados nem resolvidos.

Dessa reunião que tivemos com os TST, e onde esteve presente o Dr. Valentim que era já nessa altura Presidente da Junta, já lá vão oito anos, também essa reivindicação era muito importante.

Não concordamos com o teor desta Moção e votaremos contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então pergunto se há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, da bancada da CDU."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Em relação à intervenção do Partido Socialista, o problema do Partido Socialista é um problema de graduação, de intensidade, se é muito, se é menos. O problema não é de graduação, aliás quando o atual líder do Partido Socialista já diz, hoje com oportunismo político verdadeiramente assustador, que se fosse hoje não assinaria o memorando da Troika estamos perante um ato de hipocrisia deplorável, absolutamente deplorável. É isto que estamos a falar e portanto é uma questão de graduação para o PS, o PSD mais à direita o PS um bocadinho menos à direita mas o caminho é o mesmo.

Também nesta matéria, e aqui o Partido Socialista reafirmou, que não é contra a privatização. Nós também não. Se ler o documento de resolução política do último congresso do PCP sobre uma democracia avançada para o século XXI, verá que o PCP é a favor da iniciativa privada, cooperativa e pública. Agora defende claramente é que há setores estratégicos que estão lá definidos, nomeadamente os transportes, setores estratégicos da economia que de uma forma indiscutível o PCP assume que deviam ser públicos, absolutamente. A banca, claro em primeiro lugar, os seguros, etc., mas agora também relativamente aos transportes.

Depois há uma contradição na palavra do Sr. Membro Raul Cristóvão, quando acabou por reconhecer que há uma insuficiência clara hoje, da parte da Rodoviária Nacional, na qualidade, no aumento do custo dos bilhetes, na prestação desse serviço público e quando diz "...nós não somos contra a privatização desde que ..." estamos perante um ato de ingenuidade política. Mas desde que, o quê? A prática tem demostrado que a privatização, e agora falando dos transportes não vamos alargar a outros espectros da vida política nacional, o que tem provado efetivamente é uma diminuição da rede de transportes públicos, naturalmente por uma perspetiva de lucro que é legítima numa empresa privada, que como é óbvio deixa de fazer transportes em zonas onde ele não é comercialmente rentável e não vale a pena remeter para as autoridades de regulação porque não regulam objetivamente nada, isso é outra falácia, e temos no concelho e por todo o país populações cada vez mais isoladas, cada vez com menos transportes públicos e com custos cada vez mais elevados.

A vida demonstra que esta intervenção do Partido Socialista não corresponde à realidade da vida prática do dia-a-dia. A Rodoviária Nacional é um exemplo que o Partido Socialista, aliás reconheceu, pela negativa e que deveria o Partido Socialista, exatamente, a defender a manutenção dos transportes públicos.

Quanto à Sra. Membro da Assembleia Municipal do PSD, Dra. Rosa Pinto, não tem nada a ver uma coisa com a outra, peço imensa desculpa. Remeter para a Câmara, para as Câmaras, para os Municípios a responsabilidade logo desculpabilizando esta desqualificação dos serviços públicos de transportes em todo o

país porque não é uma questão exclusiva do concelho de Palmela, mas é do concelho que estamos a falar, com o problema das infraestruturas rodoviárias é uma falsa questão de todo.

Mesmo o exemplo que deu e vamos ver temos um bom exemplo que é a designada estrada da SETECOM a variante norte os TST admitiram no Conselho de Mobilidade Municipal, a título experimental, começarem com esse transporte e não há um compromisso nem uma garantia e para nós sempre foi um pretexto. De facto aquela via era uma via pouco qualificada, e isso reconhecemo-lo, mas não inviabilizava a passagem do mini bus, aliás chegamos a fazer numa Semana da Mobilidade essa experiência com a empresa, porque passavam lá carros pesados. Era um pretexto, mas um pretexto que serviu para adiar. Portanto remeter para as autarquias essa responsabilidade, Palmela ou outras, desculpabilizando esta desqualificação duma prestação dum serviço público que são os transportes parece-me francamente politicamente errado e condenável e daí que nós mantenhamos o texto, o seu conteúdo e tal como ele está aqui apresentado.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Submetida a Moção da CDU a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezassete da CDU e um do BE) e onze votos contra (oito do PS e 3 do PPD/PSD.CDS-PP).

Moção da CDU sobre *"Destacamento Territorial de Palmela da GNR"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Baião** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão para esta Moção. Alguma intervenção?

Tem a palavra o PPD/PSD.CDS-PP, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem nós estávamos dispostos a considerar aqui uma votação. Eu gosto do sentido de humor do meu colega ali em frente, e é bom o sorriso faz bem e faz bem rir.

Entretanto é uma Moção da CDU e o que eu propunha caso quisessem aceitar algumas alterações podia ser uma Moção conjunta dos partidos todos desta Assembleia porque todos concordamos em que queremos ter cá o Destacamento mas a linguagem utilizada na Moção é que é própria dalguns elementos do PCP, também não de todos felizmente.

Pergunto se os Senhores estão interessados em abrir essa discussão ou se querem manter tudo à letra?"

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Gostaria de responder à Sra. eleita das forças de direita e dizer-lhe claramente que não pelo seu sorriso simpático que me convence, e como não me convence e se está de acordo com esta Moção é com esta Moção que vamos discutir, não alteramos nada e pomos à discussão como ela está."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PS, Raul Cristóvão por favor".

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Eu vou tentar não sorrir.

Isto foi uma posição que já foi tomada, embora sem a forma de Moção, na anterior Assembleia e depois houve aqui uns deslizes nas votações e hoje aparece esta Moção.

Esta Moção não trazendo nada de novo àquilo que foi dito na última Assembleia, reafirma tudo aquilo que foi dito pois, e aqui concordo com a Membro do CDS porque efetivamente há aqui alguma linguagem desnecessária numa Moção destas.

Nós votaremos a favor porque não temos qualquer tipo de problema mas gostaríamos, também, que fosse unânime por todos e dava mais força ainda a esta questão que é uma questão fundamental para o concelho e fundamental para a região que é a localização aqui do destacamento territorial. Quanto mais efetivos e mais operacionalidade tiver aquele posto acho que todos nós, e estamos aqui a representar as populações, ganhamos com isso porque são as populações que ganham e não ganha só Palmela ganha também toda a área limítrofe.

Posto isto penso que seria interessante, e faço um apelo, para que todos possamos votar esta Moção que no essencial acho que estamos todos de acordo e já aqui foi dito várias vezes nesta Assembleia que pudesse ser uma Moção aprovada por unanimidade para que pudéssemos dar um sinal de força e de defesa daquilo que é importante hoje que é a segurança das populações.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, por favor Teresa Joaquim".

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em nome da Sra. Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes.

Gostaria só de frisar que efetivamente esta questão, e o nosso colega Domingos Rodrigues é alguém que eu prezo muito e não tenho receio nenhum de sorrir para si até porque o faço genuinamente, de facto e porque está público aqui em sala era importante nós referirmos que linguagem como "postura arrogante e autista" e "tratado de agressão ao povo português" no mínimo numa Assembleia democrática que se preze não deveria de facto existir.

Eu compreendo são palavras um pouco, Santo Agostinho já disse no século III depois de Cristo que nós temos alguma tendência para a catástrofe. Eu compreendo que a CDU precise de "catastróficar" a sua linguagem política mas creio que não há necessidade de falarmos em autismo até porque é um ataque aos próprios autistas, alguns dos quais com quem eu trabalho e que são pessoas que, efetivamente, prezo.

Gostaria que caso nós votássemos a Moção todos, e penso que é unânime nesta sala que a Moção é importante e que é algo em prol da nossa população, este tipo de linguagem peço desculpa sinto-me não diria incomodada mas acho que não assenta bem a qualquer força política que aqui está dentro, independentemente de qualquer que ela seja.

Obrigada, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto se há mais alguma intervenção sobre este tema.

Tem a palavra Domingos Rodrigues da CDU, por favor"

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"A verdade é que as bancadas estavam-se a pronunciar sobre isto mas não se referiam a nada e eu era para perguntar afinal o que é queriam, qual era a forma da gente escrever e pôr.

Claro que se esta fosse outra intervenção da fiscalidade ou outras havia uma questão que a gente também punha aqui, e assumimos em todo o lado, é que continuamos a ser roubados por este Governo. É uma palavra que muita gente fica toda aflita mas que a gente assume, essas palavras com o peso que têm continua este povo a ser roubado como exemplo e essas não abdicamos.

Nesta questão nós até pensamos que não são questões de fundo, palavreado é palavreado e cada um tem como tem. Se estiverem de acordo e não abdicamos de mais nada senão esta:

"A Assembleia Municipal de Palmela, reunida em sessão pública a 26 de junho de 2014, reivindica junto do Governo PSD/PP que assuma os seus compromissos condenado vivamente esta postura e exige:"

Com certeza já não ficam zangados comigo, a "arrogância e autismo" podem sair que não faz diferença. Isto numa tentativa de nós conseguirmos que, de facto, possa ser aprovado por unanimidade.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, por favor"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A nossa sugestão de alteração partia do ponto três e terminaria por aí. No ponto três claro que poríamos que seria uma votação da Assembleia e diríamos: "...os efetivos do posto da GNR de Palmela não tendo ainda sido cumprido o compromisso..."

Porque se eu me recordo do que o Sr. Ministro disse ele não disse que não ia cumprir, ele disse que estava a formar efetivos e que depois logo se via. Aliás os Srs. estavam presentes na inauguração e ouviram e não resistiram. Nessa altura o Governo não era autista nem quando estavam lá na inauguração.

A nossa sugestão é essa e a retirada daqueles pontos que têm aquelas palavras com as quais não concordamos.

Quero aqui frisar que mesmo que isto não seja aceite o PSD/CDS sempre lutará para que venha o destacamento para Palmela, não é isso que está em causa. Está em causa a linguagem, o modo de afirmação com o qual não concordamos porque é a nossa maneira de ser e de estar e cada um tem a sua."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Se me permitem, com todo o respeito pela opinião do PSD/CDS, acho que aquilo que disse não acrescentou, desculpe.

Isto é, percebe-se que tenham posições relativamente ao uso da linguagem concreta que tinha sido citada, aliás a CDU propôs retirar esses termos, já não se percebe a outra intervenção porque isso já é uma questão de estilo e acho que estarmos aqui a discutir o estilo e a maneira como apresentamos, ou nos referimos, não há aqui nada nem de incorreto nem de agressivo no ponto três.

Tomando a defesa da Moção acho que aceitaria, de facto, a alteração dos termos como o Domingos Rodrigues em nome da CDU aceitou mas acho que não se justifica alteração ao resto do ponto três.

A CDU quer acrescentar alguma coisa? António Mestre, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Eu só queria acrescentar que para além das questões de forma há uma questão de sentido que acabou de colocar.

Quando estivemos com o Governo não nos incomodamos mas também desde que estivemos com o Governo, encetamos e encetou a Câmara Municipal logo tentativa de conversar com o Sr. Ministro que até agora não se dignou a receber a Câmara Municipal. Contactado o comando também já disse que fez tudo o que está ao seu alcance para resolver, portanto eu retiraria o "autista e arrogante" mas o "desinteressado" se calhar acrescentava."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Posso Sra. Presidente?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim e vamos terminar por aqui."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sendo assim nós concordamos com esta Moção até ao ponto dois, quero que fique frisado na comunicação social, a partir do ponto três não concordamos com esta Moção e por isso não votaremos favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então é assim, para que não restem dúvidas aquilo que o PSD/CDS, na voz da Sra. Membro Rosa Pinto, acabou de dizer que não concorda é a constatação que é feita no ponto três e que é: *"Depois da inauguração do novo quartel, em março deste ano, apenas foram transferidas para as novas instalações os efetivos do Posto de Palmela da GNR, não sendo assim assumido o compromisso de instalação do Destacamento Territorial, firmado com a Câmara Municipal, frustrando deste modo as expetativas e necessidades da população do concelho de Palmela."*

É com isto que não concordam para que toda a gente perceba?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não concordamos com a forma como está escrito, já disse e já fiz a proposta Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A sua proposta não é uma proposta."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É a retirada dos três pontos seguintes e alteração do ponto número três ligeiramente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe isso é descaraterizar completamente o assunto, não é o modo é o assunto. É completamente descaraterizado.

Para que fique claro o PSD/CDS não se revê nesta posição, porque o que é substancial está aqui."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Para que fique claro o PSD/CDS quer o destacamento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Só um bocadinho vamos lá porque apesar de tudo a reunião tem normas e apesar de estarmos aqui numa conversa mais acalorada não vamos subverter..."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não estou com calor Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É mesmo uma questão de estilo."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Os senhores quando é para o vosso lado não gostam de ouvir só gostam de dizer para o dos outros."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, continuando no seu tom é mesmo uma questão de estilo. Uns têm outros não."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É mesmo, é mesmo!"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Paciência, vamos votar sem o PSD/CDS.

A CDU reitera as alterações propostas, isto é a retirada dos termos "*arrogante* e *autista*.

Vamos então votar a proposta nestes termos"

Submetida a Moção da CDU a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Aproveito para cumprimentar na pessoa da Sra. Presidente todos os elementos presentes, passando a apresentar a Declaração de Voto.

Em virtude da postura da CDU não acolhendo as propostas de alteração de outras forças políticas, os eleitos da Coligação Palmela Mais embora considerando a pertinência e necessidade da instalação do destacamento territorial de Palmela da GNR votaram contra pela linguagem e postura utilizadas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos passar à Moção do PSD/CDS, por favor quem quer apresentar a Moção?

Teresa Joaquim tem a palavra."

Moção do PPD/PSD.CDS-PP sobre *"Discriminação positiva a favor das PME"*

Tomou a palavra a **Sra. Teresa Marta Joaquim** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta Moção, quem deseja usar da palavra por favor? Temos um pedido de intervenção da CDU e do BE, tem a palavra António Mestre."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Terminada que foi a discussão do ponto anterior em que, efetivamente, não se concordava ou concordava com as posições do Governo, quando ele está ou não está presente, aqui temos uma concordância por ausência. Ou seja temos um voto de congratulação por uma coisa genérica mas quando efetivamente muitas destas coisas não estão concretizadas e passo eu a concretizar.

Não está fechado ainda o pacote financeiro, não se sabem quais são os regulamentos, não se sabe neste momento se estão em construção os modelos e operacionalização deste sistema, os envelopes financeiros não estão quantificados, dentro da Área Metropolitana de Lisboa o próprio estudo que está a ser feito pelo Professor Augusto Mateus não está encerrado nem está debatido.

Estamos aqui a falar de uma teoria que se aprova, qualquer um de nós aqui nesta Assembleia tudo aquilo que venha para esta região aprovará, agora estarmos a fazer elogios a uma coisa que não sabemos como se vai concretizar não lhe querendo chamar propaganda com medo que me condenem o termo por ser da CDU chamo-lhe simplesmente demagogia.

Vamos votar contra obviamente e se for preciso apresentando também uma declaração de voto bonita."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, boa noite a todos os elementos da Assembleia, boa noite Srs. jornalistas e boa noite a todos os presentes do público.

Queria perguntar à bancada do PPD/PSD e do CSD como é que acham que é possível que haja um desenvolvimento económico quando as pessoas continuam a ser massacradas com os constantes aumentos de impostos?

Ainda há pouco tempo, nesta tão famosa novela que o Governo protagonizou com o Tribunal Constitucional, veio o Sr. Primeiro-ministro dizer que teria de aumentar os impostos se não encontrasse outras receitas. Ora para dizer o quê? Para dizer que estas ajudas que estão previstas, e que ainda não se sabem se hão-de chegar ou não, tudo isto vai resultar em nada se é que essas ajudas chegarem mesmo.

Nós consideramos que isto é tudo é uma falácia e não passa de uma Moção que é demagógica, por isso nós do Bloco de Esquerda vamos votar contra porque esta Moção, quanto a nós, não tem fundamento. Para nós as políticas que são necessárias para o desenvolvimento da economia são, isso sim, o incremento de políticas que fomentem o consumo privado, que passem pelo abaixamento de impostos que isso sim incentiva a economia, não é por ajudas às empresas que a economia se vai desenvolver, em nossa opinião. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, Raul Cristóvão por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito rapidamente para dizer que no quadro das intenções e dos princípios nós somos um partido europeísta e portanto logicamente que achamos que a União Europeia tem obrigações com o estado português e tem obrigação com o tecido empresarial, com os trabalhadores e com a sociedade portuguesa nos apoios que tem que dar de diferentes formas.

Agora concordo com o que o António Mestre disse, uma coisa, que é há aqui uma tentativa de, porque não há regulamentos, não pacotes financeiros, não sabemos o que vem, nem como vem, nem para quem vem, nem em que condições vem, nem o que cabe ao estado e o que é que vem da União Europeia, porque é importante percebermos que nestas ajudas nunca vem tudo da União Europeia. Há uma parte que o estado tem que pôr, e as empresas têm que pôr, para que tudo isto se concretize.

No campo das grandes ideias estamos de acordo, no campo da concretização temos algumas dúvidas porque não conhecemos, porque não existe, o tal regulamento e não existe os tais montantes. Concordamos com a discriminação positiva, é uma coisa que há muito nos debatíamos aqui e não só, noutros fóruns, pela discriminação positiva, uma vez que estando na Área Metropolitana de Lisboa estávamos discriminados negativamente, e portante é bom que haja essa discriminação positiva, é bom para as empresas se for bom para gerar emprego e nesse aspeto nós votaremos a favor com esta ressalva de que estando na expetativa do que vem aí. Isto não é o ponto final é o princípio dum caminho que nós vamos dar o benefício da dúvida e depois cá estaremos para ver como é que o caminho se vai fazendo.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, eu começaria pelo fim e talvez pela intervenção do Sr. deputado Raul Cristóvão.

No fundo é isso mesmo o objetivo desta Moção. É evidente que ainda estão em base de elaboração os regulamentos, é evidente que as comparticipações também estão, agora é evidente que esta medida aquilo que vem repor é a tal justiça que não existia em que os concelhos da área norte do distrito de Setúbal, porque atenção os concelhos a sul, nomeadamente até um concelho que está em grande desenvolvimento como é Sines e Santiago por exemplo, tinham acesso aos fundos. O que acontecia é que os concelhos da área norte, de Almada, Barreiro, Palmela, Setúbal, todos estes concelhos não tinham acesso porque estavam englobados na zona mais rica do país. É disto que a Moção trata e desta intenção que é óbvio que depois esperamos a sua concretização.

É evidente que aqui também dá para nós percebermos a postura da CDU. A postura da CDU é, nós queremos tudo mas se vem alguma coisa que venha da parte do Governo nós já estamos contra e nós já não defendemos. É uma postura que me faz lembrar um bocadinho por vezes o quanto pior melhor, não sei isto quase que me leva ao estudo da história e aos tempos de Lenine, mas pronto já está quase a fazer cem

anos continuarão e de facto o único regime comunista que sobreviveu e se modernizou foi aquele que neste momento ainda é mais capitalista que os Estados Unidos que é a China mas neste caso é a vida.

Em relação ao que diz o Sr. deputado Carlos Oliveira, de facto eu gostava que fosse possível dar mais dinheiro às pessoas, aumentar o consumo, agora a questão é, como já disse o responsável do Governo, que nós não temos petróleo, não temos outros meios, estamos sob um resgate financeiro cuja consequência de não cumprimento, e que agora saímos dele, seria a fome e a miséria e as pessoas por vezes esquecem-se disso e já não temos as rotativas para fazer notas porque era aquilo que se fazia antigamente. Fazia-se notas, aumentava a inflação, punha-mos liquidez e com a desvalorização aumentava-mos alguma competitividade. Com estas regras em que atualmente vivemos é difícil a utopia, mas cá estamos. Disse."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** ausentou-se da sala pelas 21,52 horas.

Submetida a Moção do PPD/PSD.CDS-PP a votação, foi a mesma rejeitada, por maioria, com dez votos a favor (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e dezoito votos contra (dezassete da CDU e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminamos as nossas Moções, e ainda no período de antes da ordem do dia para temas diferentes têm a palavra os Srs. Membros da Assembleia. Peço que muito rapidamente uma vez que já passou hora e meia quase, tem a palavra o PS Raul Cristóvão por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigada Sra. Presidente.

Muito rapidamente queria deixar aqui três ou quatro saudações, à Comissão de Festas e à Junta de Freguesia do Pinhal Novo pelas Festas Populares que se realizaram e também, embora antecipando-me porque todos nós sabemos que irá ser um sucesso, a Feira Comercial e Agrícola do Poceirão e a saudação às Festas de S.Pedro de Marateca, porque são dois momentos também importantes para as gentes e para o nosso território nomeadamente estas duas freguesias Poceirão e Marateca.

Uma saudação também pelo seu aniversário ao Grupo Desportivo e Cultural "Ídolos da Baixa de Palmela".

Referir também aqui o papel que mais uma vez as Sociedades Humanitária e Loureiros de Palmela têm feito pelo trabalho de dinamização da Vila, nomeadamente nesta altura dos Santos Populares. É bom sentir as ruas animadas e as pessoas teres espaços para diversão.

Depois não podendo deixar de deixar aqui também uma mensagem a todos e a todas, os professores, assistentes operacionais, funcionários administrativos, técnicos de ação social escolar e dos (...), pais e encarregados de educação e aos estudantes, pelo trabalho que desenvolveram e pelos consequentes resultados obtidos. Se calhar muitos de nós não sabemos, ou não sabem, mas nós temos resultados no nosso concelho que nos dignificam enquanto profissionais de educação, a autarquia, os pais, os professores, os trabalhadores todos, e as comunidades educativas porque temos hoje excelentes resultados a nível nacional quer no secundário quer no ensino básico e temos hoje um conjunto de alunos, de estudantes e de jovens que procuram e continuam os seus cursos nos ensinos politécnicos e universitários que nos deve de alguma forma satisfazer.

Porém queria deixar aqui duas perguntas, essas poderiam ser aqui no primeiro ponto, duas questões porque tenho informações contraditórias. Tenho informação do encerramento de seis escolas do primeiro ciclo no concelho e tenho informação de não encerramento dessas escolas, pelo que penso que a verdadeira é a segunda, não é, não há encerramento e isso já liberta mas é bom esclarecermos para que isto não fique na dúvida porque a minha dúvida também circula. Ficamos agradados que essas seis escolas não encerrem e que continuem.

Gostava também de aqui falar de dois aspetos, que já temos aqui falado, e que são um bocado redundantes mas estamos em período de férias, em período de pausa letiva de Verão e temos aqui a questão do plano alimentar para as crianças que já se falou na Páscoa e que foi ativado para dezasseis ou dezoito crianças, e era uma pergunta também se esse plano tem continuidade nesta pausa escolar que é mais longa e quantas crianças pensam abranger.

Depois e ainda no campo da educação, e peço desculpa isto é terminar o fim do ano, há aqui duas questões que eu gostaria não deixar cair e que ficasse mais uma vez marcado aqui. Que é a questão das condições para a educação física na Escola José Saramago, Agrupamento de Escolas José Saramago, e na Escola Secundária de Palmela. São neste momento, penso eu, os dois problemas maiores na área da prática da educação física sendo que o Agrupamento de Escolas José Saramago não é tão antigo porque a escola é mais recente mas nasceu já com este problema mas a Escola Secundária de Palmela é bastante antigo e já penso que extravasa que é normal e acho que merece uma resposta mais rápida possível e toda a resposta que for dada já é tarde.

Queria deixar também uma pergunta que é a monotorização da Carta Educativa do concelho e outra questão que já sei mais ou menos qual é a resposta, mas terei que o fazer aqui também para que fique registado, é que o relatório que o Ministério da Educação é obrigado a apresentar todos os fins de ano letivo junto do Conselho Municipal de Educação se já foi apresentado, se, se, prevê que seja apresentado ou se vai ser apresentado como há dois anos quase no fim do outro ano. O relatório síntese se já foi apresentado no Conselho, o deste ano o de 2014, se há-de ser apresentado ou se vai ser apresentado no final do ano que vem como já foi feito e o Sr. Vereador sabe do que a gente está a falar. Saudades tenho dos relatórios síntese que o meu colega e camarada José Carlos Sousa fazia logo em julho quando a gente tinha o Conselho Municipal de Educação ficando com atos todos feitos e todos podíamos ali discutir as coisas. Infelizmente a partir daí não tivemos mais.

Depois deixar um "desafio" só, uma proposta uma coisa para se pensar, é que eu penso que há bons alunos no nosso concelho, há alunos motivados para aprender e para alargar as suas competências e acho que era altura da autarquia, se calhar em conjunto com outras parcerias, pensar numa atribuição de bolsas de estudo para alguns jovens que às vezes de famílias mais carenciadas mas não só mas também, pudessem ter alguma facilidade e nós não vamos resolver problemas mas podemos atenuar.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou agora a palavra ao PSD/CDS, Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, nós temos aqui uns pequenos pedidos não vamos dizer reivindicações porque gostamos mais de pedir e que as coisas sejam resolvidas.

Fizemos algumas visitas também nalgumas freguesias, também estamos a fazer descentralização, e tinha aqui alguns pequenos reparos que são pequenas coisas que, se calhar, não são da importância duma Assembleia Municipal mas é que são tão pequenas que, se calhar, em trabalho conjunto com as Juntas umas da competência da Câmara outras da competência das Juntas com certeza serão rapidamente resolvidas.

Então passo a citar algumas, é um pedido e que o Sr. Presidente até já tiver solução depois poderá fazer o favor de responder.

- Em Águas de Moura, na nossa visita, há um guindaste há anos que em nosso entender é um perigo para a segurança das habitações e dos munícipes. A informação que obtivemos é que será duma empresa que, eventualmente, terá falido e, portanto, neste momento é insolvência já não é falência e gostava de perguntar o que é que aquele guindaste faz ali há anos naquele território logo à entrada de Águas de Moura;

- Depois queríamos pedir à Comissão de Toponímia e à Junta que na rua António Tavares a placa toponímica fosse devidamente reparada;
- Que na rua Diogo Rodrigues Mendonça os passeios estão intransitáveis e fossem cortadas as ervas e colocado herbicida;
- Que na fonte junto aos lavadouros públicos fossem cortadas as ervas e a fonte fosse devidamente reparada. Nós depois vamos pôr fotografias no Facebook e assim podemos elucidar;
- Que fosse colocada uma placa, por exemplo, na localidade de Águas de Moura sinalizando que há uma biblioteca, um polo da biblioteca;
- Depois dedicar-nos-íamos aos carros abandonados pelo concelho e começava ali pela urbanização onde eu e o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo moramos. Vários carros abandonados há bons tempos e que a Câmara, por acaso, o ano passado vi colocarem um "post" num veículo misto que depois passou para outra rua mas aí a Câmara atuou mas há lá mais e há necessidade de atuar porque estão a crescer as ervas por baixo e as viaturas estão lá abandonadas há mais de um ano;
- Passando para a Quinta do Anjo, o lixo nas Marquesas eu sei que o Sr. Presidente já teve aí uma intervenção e melhorou mas ainda não está muito bem. Quando se passa ali na estrada da Coca Cola há caixotes de lixo logo ali, os contentores do lixo, à entrada lixo sem fim pelo chão;
- Na rua Maria Lamas na Quinta do Anjo já foi sugerido até em sede de Assembleia de Freguesia, penso que o Sr. Presidente da Junta fará chegar os problemas da freguesia à Câmara, em que houve uma proposta de que a Rua Maria Lamas passasse a ter um só sentido;
- Nos Bacelos lá em cima agradecíamos que o buraco fosse tapado, pelo menos;
- A estrada da Coca Cola pedi informação ao Sr. Presidente sobre a possível desafetação do domínio público ou senão como é que a Câmara justifica intervir e dizer que a estrada está em mau estado;
- Nos Olhos de Água há ali muitas zonas, e efetivamente quando trabalhei também com a toponímia, com muitos números de polícia em falta. Eu sei que os números de polícia são requeridos pelos munícipes mas acho que a Câmara aqui podia dar uma ajudinha, porque as pessoas às vezes não sabem como isso se trata e são pessoas menos letradas e nem todos podemos ter o mesmo acesso à educação nem devemos ter a presunção de que temos toda a educação;
- Em Cabanas continua aquela obra na estrada nacional, eu até pensei que ela já estivesse terminada mas vejo que há lá mais umas intervenções e gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, embora sabendo que a obra não foi a Câmara que a fez;
- Sr. Vereador da iluminação, a dada altura também foi pelo então vereador Octávio Machado feita uma revisão da iluminação na urbanização Portais da Arrábida. Gostava de saber se pensava depois concretizar e acabar a substituição das lâmpadas ou não;
- Já pedimos aqui que a rua da Junta fosse melhor iluminada porque as pessoas idosas, em Quinta do Anjo, passam na rua à noite e não se consegue ter visibilidade e a Junta é naquela rua e os membros da Assembleia de Freguesia que fazem parte, ou já fizeram, podem disso testemunhar;
- Depois junto ao Clube Portais da Arrábida estão também e aí, efetivamente a Associação do Clube Portais da Arrábida penso que pôs no Facebook umas fotografias, luzes fundidas há muito tempo e essas são da competência da Câmara porque são aqueles candeeiros dos globos redondos que não são da EDP;
- Também na Quinta da Asseca, com o contacto com alguns munícipes sugeriram a colocação ou de uma lomba ou da resolução na entrada da Quinta da Asseca, porque parece que há muitos acidentes, ou uma pequena rotunda é um assunto para a Câmara poder estudar, não estou aqui a apresentar nenhuma solução;
- Das carreiras dos TST eu ia perguntar mas entretanto o Dr. Valentim já respondeu há bocadinho e não vou maçar o Sr. Presidente com essa pergunta;
- Relativamente ao Pinhal Novo e as nossas perguntas não se esgotarão hoje, mas onde está a ser construído o parque solar o que se pergunta é se será alcatroada também o acesso daquela rua onde está o "Mundo da Criança" e como é que vai ficar o acesso ao parque de campismo.
- A vala da Salgueirinha, ou ribeira da Salgueirinha, eu ia perguntar mas depois tinha aqui o apontamento nos pontos que o Sr. Presidente apresenta na atividade, vi essa informação e não vou perguntar;
- Acompanhámos as reuniões descentralizadas em Quinta do Anjo e na Marateca onde foram alguns pequenos pedidos também feitos ao Sr. Presidente e ao executivo municipal que penso que serão resolvidos;

- A outra pergunta que tinha era o acervo documental do Dr. António Fortuna em posse da Câmara Municipal de Palmela, o que é que estava a ser feito, para quando, se está a ser feito, se não está;
- E agora uma coisa que muitos munícipes lhes fazem uma estranha confusão, e a mim também há anos, mas por acaso nunca referi isso aqui numa reunião. É que há aí os chamados "mamarrachos" e que continuam e eu gostava de saber o que é que se passava ou pelo menos que a Câmara investigasse. Há uma construção ou duas à entrada de Cabanas e à saída de Quinta do Anjo que presumo que as empresas terão ido à falência, à insolvência neste caso, mas se calhar são propriedade do banco. Aquilo é para ficar parado, é para avançar, é para demolir? Isto para não falar naquele edifício que está junto ao Intermarché, já na freguesia de Palmela, completamente degradado, quando é que vai ser demolido? E um prédio que existe na Quinta do Anjo, na urbanização Portais da Arrábida, na rua que agora não me estou a recordar do nome onde é o posto de correios, há um prédio do lado direito que está há anos encerrado com rachas enormes, nunca foi habitado e eu gostava de saber o que é que se passava com aquele prédio Sr. Presidente.

Para já acho que não ia maçá-lo mais."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 22,03 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tenho ainda pedidos de intervenção do PS e do BE. Vamos terminar então com estas perguntas e eu depois passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que vai dar as respostas e dar a informação e terminamos.

Tem a palavra o Partido Socialista, José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Boa noite a todos. Sra. Presidente quero-lhe apresentar os meus cumprimentos, bem como à respetiva Mesa, também os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, comunicação social presente, técnicos da Câmara e um cumprimento especial aos munícipes que estiverem aqui a assistir a esta Assembleia.

Sra. Presidente pedi-lhe a palavra para colocar muito rapidamente duas perguntas ao Sr. Presidente, mas antes permita-me Sr. Presidente que com toda a amizade e com humildade lhe dirija um conselho. Eu gostaria que o Sr. Presidente ouvisse sempre as questões, com toda a atenção, que lhe são colocadas nesta Assembleia sem qualquer preconceito baseado na diferença de opinião porque a diferença de opinião faz parte da democracia e se assim fizer verá que, e digo-lhe isto com profunda amizade e estima que tenho por si, dará respostas muito mais ponderadas e sem qualquer tipo de exaltação. Eu digo isto porque às vezes o Sr. Presidente passa a ideia, e se calhar não faz por isso, de alguém que é iluminado, dono da verdade e da razão e a gente tem que deixar isso para Passos Coelho e seus "muchachos".

Deixe-me dizer-lhe que as questões que lhe vou colocar são as seguintes:

- Em relação aos transportes escolares está aqui Sr. Presidente uma oportunidade para a Câmara defender os interesses da comunidade e do erário público contra os privados. É que neste mês de junho os TST só serviram os transportes escolares até ao dia treze, mas cobrou à Câmara e às famílias o dinheiro do passe no valor de todo o mês. Inclusivamente os alunos que a partir do dia dezasseis deste mês tiveram exames tiveram que ser as famílias a transportá-los senão não podiam ir aos exames porque nem transportes alternativos no nosso concelho há para estas crianças como todos nós sabemos. A pergunta que aqui lhe faço Sr. Presidente é a seguinte: perante este assalto, e eu não tenho medo das palavras, este roubo, este assalto dos TST aos cofres da Câmara e dos bolsos das famílias qual foi a posição da autarquia em defesa do erário público, e dos bolsos dos munícipes deste concelho, já que neste processo é parte interessada e sobretudo tem um papel negocial com os TST que as famílias não têm acesso a ele;

- A outra questão Sr. Presidente é perguntar-lhe se a Câmara tem previsto durante estes meses de Verão deste ano, obviamente, uma intervenção nas remarcações na sinalização horizontal do concelho particularmente nas passadeiras de peões em locais de mais movimento e junto aos estabelecimentos escolares do nosso concelho.

Muito obrigada Sra. Presidente, tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para terminar as perguntas tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"É uma questão bastante rápida, todos temos conhecimento da realidade que no início dos anos letivos os pais com crianças em idade escolar atravessam que é a compra de manuais escolares. A minha questão vai no sentido, e é dirigida ao executivo camarário, se têm conhecimento de algum programa de troca de manuais escolares usados nos diversos Agrupamentos Escolares do concelho de Palmela ou se por parte da autarquia se há algum programa nesse sentido ou não havendo em nenhum dos casos se pondera o incremento deste programa de troca de manuais escolares usados.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Pergunto agora ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder às questões fazendo a seguinte gestão. Sugeria que o Sr. Presidente da Câmara respondesse dentro do possível às questões e que juntasse logo de seguida a sua informação."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Permita-me que em primeiro lugar cumprimente V.Exa. assim como todas as Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. jornalistas, os nossos trabalhadores e naturalmente os munícipes que nos dão o privilégio de assistir a esta sessão.

Relativamente às questões que foram colocadas começaria pela ordem, nomeadamente pelas questões suscitadas pelo Sr. Membro do Partido Socialista, Raul Cristóvão.

Decididamente não há encerramento de escolas no concelho de Palmela, algumas informações que circularam ou dados que foram prestados a alguma comunicação social estão baseadas em listagens com erros do próprio Ministério da Educação, que vai recuperar até estabelecimentos que já encerraram noutros momentos, ou então incluir Algeruz-Casa do Gaiato no concelho de Palmela, entre outras coisas.

Fornecimento de refeições nas férias de verão – efetivamente, na sequência da experiência ocorrida na interrupção letiva da Páscoa, o município assegurará o fornecimento de almoços às crianças beneficiárias da ação social escolar, que foram sinalizadas pelos agrupamentos de escolas. No Agrupamento de Escolas José Saramago são vinte e oito alunos, crianças das escolas de Cajados, Águas de Moura, José Saramago e Jardim de Infância das Lagameças. Aos alunos com necessidade de transporte, dado que o agrupamento responde a estabelecimentos que estão disseminados por um território rural e disperso, será facultado o transporte para o Jardim de Infância de Lagoa do Calvo e Lagameças, onde serão também fornecidas as refeições nessas localizações. Depois, também no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos em Pinhal Novo, foram sinalizados cinquenta e um alunos, crianças das escolas básicas Zeca Afonso, Alberto Valente, Salgueiro Maia, João Eduardo Xavier, António Santos Jorge e Lagoa da Palha. As refeições, neste, caso serão fornecidas na escola básica Zeca Afonso. No que se refere ao Agrupamento de Escolas de Palmela o município não rececionou qualquer pedido, informação ou sinalização por parte do agrupamento. Se calhar é

importante perceber-se que, mesmo após a sinalização de alguns alunos, o usufruto e a frequência por parte de alguns alunos deste período de refeições é irregular e instável e tem que ver com outras questões das famílias, etc., e tem havido desistências. De qualquer forma nós temos tudo preparado para este número que foi sinalizado.

Relativamente às questões que denunciou, e bem, sobre as condições para a prática de educação física nalguns estabelecimentos de ensino do concelho naturalmente há condições para algumas atividades físicas lúdico-motoras noutros espaços, nomeadamente, de ar livre. Creio que estaria a referir-se concretamente à inexistência dos pavilhões ou recintos cobertos. Quero aqui informar a Assembleia que o município na senda daquilo que aprovou, infelizmente só por maioria, neste órgão mas também no órgão Câmara relativamente a um conjunto de diligências institucionais, também sobre esta matéria, aguarda há cerca de três meses uma reunião com a tutela. Também em bom rigor, e em abono da verdade, temos semanalmente contacto com o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Educação que, por vicissitudes diversas, já teve até várias vezes para vir ter connosco a Palmela para conhecer no terreno estas matérias e sobretudo para encetarmos uma conversa e uma negociação séria sobre o assunto. Também já me terão ouvido dizer que nesta matéria, embora seja uma clara responsabilidade naqueles níveis de ensino do Ministério de Educação, quer no Agrupamento de Escolas José Saramago quer na Secundária de Palmela, e dando prioridade à Secundária de Palmela, o município já manifestou publicamente e já assumiu politicamente, a disponibilidade para um contrato-programa em termos a negociar, naturalmente.

Quanto ao relatório sobre o estado da educação, infelizmente o representante do Ministério da Educação faltou à última reunião do Conselho Municipal de Educação. Isto começa a ser preocupante e gostaríamos, de facto, de ter acesso e de debater nesse fórum essa matéria.

Sobre as bolsas de estudo registamos a preocupação, felizmente na sociedade civil as instituições têm-se organizado e as empresas também e nós consideramos que é possível enquadrar uma iniciativa desta natureza no âmbito da carta de responsabilidade social que estamos a elaborar.

Sobre as questões suscitadas pela Sra. Membro do CDS-PP, Rosa Pinto, eu quero dizer à Sra. Membro da Assembleia que tenho listagens muito mais extensas e minuciosas do que as suas e que o que faço é diariamente transmitir aos serviços seja as questões que observo, seja as questões que me são comunicadas ou fazendo apelo a quem me interpela também pelas redes sociais para que não deixe de apresentar, por e-mail ou outro meio qualquer, o assunto formalmente ao município, porque terá uma resposta e uma explicação e um ponto de situação do andamento de uma ou outra obra.

Relativamente à grua, Sra. Membro da Assembleia a grua tem dono, a empresa tem recorrido das várias notificações e intimações com documentação desde logo da certificação até da própria montagem e diria do estado de saúde da infraestrutura com empresas, enfim da área, que têm responsabilidade de certificar que aquilo não oferece perigo. Em todo o caso o nosso serviço municipal de Proteção Civil insiste que há algum risco, este é um assunto que nós tratamos com frequência, quase todos os meses falamos nele, porque fazemos o ponto de situação das questões da freguesia de Marateca e a última medida que tomámos foi uma notificação da fiscalização, é uma missiva recente, para que a empresa retire a grua sob pena de termos de tomar posse administrativa. Temos de arranjar dinheiro, naturalmente, para fazer face àquela despesa e depois litigar para sermos ressarcidos dos custos.

Sinalização do Pólo da Biblioteca, nós temos esta questão sinalizada desde uma sessão da semana da Marateca. Não é a dificuldade de mandar fazer uma placa porque a placa está feita, é uma dificuldade duma localização da placa de acordo com as questões da acessibilidade. Como sabe é uma rua estreita, é uma rua que não tem acesso pela nacional, repare que se meter uma placa a dizer Biblioteca o automobilista entra por uma rua de sentido proibido mas nós temos o assunto estudado.

Carros abandonados, o atraso que se verifica neste momento, e nós sabemos disso e eu sou um excelente fiscal nessa matéria tiro fotografias e mando para o Sr. Vereador Adilo com muita frequência, resultou dum incumprimento da anterior empresa. Como sabe este processo implica a valorização do resíduo que é retirado da via pública e o abate da viatura, etc., etc., havia um acordo com uma empresa, não interessa agora o nome, e começou a constatar-se algum incumprimento e temos a decorrer um concurso para uma nova empresa entrar neste circuito que não estará terminado antes da primeira quinzena de julho. Até lá, as situações mais gravosas de insegurança ou perigo fazemos ajustes diretos para ir retirar a viatura e os casos que eu conheço não são bonitos de se ver, mas não estão a oferecer também grande perigosidade.

As outras questões que a Sra. Membro aqui recenseou tomámos nota e solicitamos que nos façam chegar, também, sempre por escrito as questões para termos a devida resposta porque são muitas senão esgotaria aqui o tempo a comentar cada uma delas, ainda por cima, porque eu conheço os assuntos e depois falo muito e mandam-me calar.

Sobre a substituição de lâmpadas, se assistiu à sessão da Quinta do Anjo foi anunciado que há um compromisso com a EDP e com o Sr. Vereador do pelouro de proceder à substituição de lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio. Na freguesia de Quinta do Anjo são algumas centenas e portanto esperamos que a EDP cumpra embora se calhar com algum atraso.

Sobre a ribeira da Salgueirinha, como disse, vem uma informação preciosíssima na informação municipal sobre uma candidatura que o município apresentou à Agência Portuguesa do Ambiente.

Quanto ao acervo documental vou destacar apenas as mais importantes porque como deve calcular um acervo tem que ser aturadamente estudado e trabalhado para que não depauperemos as expetativas relativamente a uma exposição ou uma mostra que pretendemos fazer e eu gostaria que isso acontecesse se não for neste ano, há-de ser no máximo no próximo, mas estamos a trabalhar para que isso possa ocorrer em torno de datas que também são caras para o Dr. Matos Fortuna, nomeadamente a data da restauração do concelho ou a festa de Todos os Santos que acaba por coincidir.

Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, de facto nem com esse tipo de interpretação, que o senhor é, naturalmente, livre de a fazer acerca da minha postura, da minha atitude, das minhas reações, da minha emotividade, eu me sinto condicionado. Quando me sentir incomodado e, sobretudo, quando me sentir indignado com algumas afirmações que aqui são produzidas, ou até com algumas questões que revelam, às vezes, mais do que desconhecimento, má-fé, eu não consigo controlar e sempre achei que a verdade é a melhor política. Eu não sou um fingidor e, portanto, de facto, eu continuarei a reagir como até aqui, mesmo correndo o risco de ser mal interpretado porque mais do que parecer eu sou aquilo que sou e acima de tudo sou uma pessoa honesta.

Transportes escolares, tomo em devida nota e também corroboro a preocupação de V.Exa. relativamente a este acontecimento que não consigo agora responder e vou tentar perceber o que é que se passou. Nós temos com os TST também algumas relações tensas nesta matéria, investimos bastante em transportes escolares. Acabámos de aprovar o plano que vai à próxima reunião de Câmara, antecipo só que anda à volta de um milhão e trezentos mil euros, temos opções políticas muito concretas no sentido de ter um transporte escolar mais inclusivo que transporta mais miúdos, porque fazemos transporte a mais do que aquilo que a lei obriga, mas relativamente aos TST enfim tem que ver com aquela Moção de ainda há pouco. É uma sucessiva desresponsabilização e já inclusivamente quando o serviço é pago e isto começa a ser grave. Nós procuraremos perceber o que se passou, porque não faz sentido, nesse caso, haver um passe e um serviço que não é prestado pelo que qualquer cidadão tem o direito de ser ressarcido por este incumprimento.

Remarcação da sinalização horizontal do concelho, nós temos a decorrer a empreitada para 2014 e temos feito algumas pinturas de passadeiras com o resto da empreitada de 2013. Procuraremos, precisamente, dar prioridade e tem sido essa a nossa lógica porque não temos verba suficiente para pintar, por exemplo, as guias nas estradas municipais que estão também a precisar, seja a guia central seja as laterais, em todas há umas mais necessitadas do que outras e a nossa preocupação tem sido efetivamente as passadeiras, dando prioridade àquelas que estão junto de equipamentos coletivos, escolas, instituições sociais, zonas comerciais muito pressionadas, etc. Espero que até setembro possamos ter o concelho com melhor apresentação também nessa matéria salvaguardando até algumas que estão em estradas nacionais e que às vezes acabam por ser-nos imputadas responsabilidades ou reclamações sobre essa matéria. Pinhal Novo teve, recentemente, antes das festas e foi talvez um restinho que havia mas temos previsto nos próximos meses até à Festas das Vindimas ainda intervenções no sentido de manter a sinalização em boas condições.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, programa de troca de manuais escolares, o município através da Biblioteca foi, com a Câmara do Seixal, um dos pioneiros dum programa de troca de livros, e ainda utilizamos essa campanha "Dar de Volta" e espero que este ano corra tão bem quanto em anos anteriores. Para além disso temos também conhecimento que há um conjunto de estabelecimentos de ensino, quer públicos quer particulares, que estão hoje muito mobilizados no reaproveitamento dos manuais e portanto nós estamos nessa rede e estamos de facto a tentar rentabilizá-la

ao máximo, seja com as nossas bibliotecas seja com as escolas e as instituições que são parceiras neste programa.

Saltei, mas foi apenas porque não ficou aqui na ordem, não foi lapso, relativamente à monotorização da carta educativa. A análise interna foi já realizada e iniciada a discussão com as escolas e a comunidade educativa. Nós encetaremos, certamente, um processo de revisão questionámos o Ministério da Educação sobre a estratégia governamental na educação e como devem calcular a resposta foi zero, portanto também não podemos fazer uma carta sozinhos, não é, nem podemos desenhar castelos no ar se não tivermos um compromisso dos outros parceiros que fazem parte desta rede da educação. Estamos a adaptar com os novos dados dos Censos 2011, há medidas avulsas do Ministério e necessidade de algumas correções e monotorização. Não consigo adiantar-lhe aqui um prazo, dado que estamos dependentes também do exterior, mas nós estamos muito empenhados para que este assunto estabilize até porque estamos também com um conjunto de trabalhos ao nível de outros instrumentos de ordenamento do território com que esta carta, como outras, tem de estar perfeitamente articulada.

Sra. Presidente, sobre este primeiro momento disse. Se me propõe que passe de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos eu tentaria resumir as sessenta páginas lendo também o essencial da Introdução."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Queria aqui destacar neste período, porque se trata da resenha do trabalho realizado em dois meses, mas foram dois meses muito intensos e que de facto deu muito prazer ver um conjunto de realizações terem avanços significativos, as comemorações do Mês e do Dia Municipal do Bombeiro, uma coorganização do Município com as Associações um programa intenso, sete simulacros de incêndio em escolas do primeiro ciclo, um simulacro de incêndio no Cineteatro S. João e um exercício conjunto de simulação de acidente rodoviário. E neste período aproveitámos para trabalhar com as Associações e apresentar-lhes esclarecimentos acerca do Quadro Estratégico Comum – Programa Portugal 2020 e apresentámos também, publicamente, o projeto da Academia de Proteção Civil, no âmbito da qual celebrámos um protocolo com a *Fertagus* e estamos já a desenvolver, com a *Autoeuropa* e a *Autovision*, a adaptação de uma viatura para apoio a atividades de sensibilização e formação junto da comunidade.

Na área da Educação, foram concluídas intervenções de beneficiação e reparação de equipamentos em diversos edifícios escolares, e isto tudo somado dá umas dezenas de milhares de euros porque os equipamentos deterioram-se, são equipamentos, alguns de natureza tecnológica, mas desde equipamento de refeitórios a outros a máquinas de lavar, etc., questões de segurança contra incêndios, etc., é um investimento grande. Desenvolveram-se projetos para próximas empreitadas, destacamos aqui a reparação do muro de suporte de terras na EB de Palmela nº2 e ampliação com reorganização de cozinha da EB1/JI de Aires. Neste período destacamos também a 19ª edição do Fantasiarte, um projeto de educação pela arte que contou com a apresentação de 81 programas e o envolvimento de 3.116 participantes, do pré-escolar ao secundário. O acolhimento de dois programas da APPACDM e de uma parceria com os participantes do "Clique sem Idade" e com a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo, isto sublinhou o caráter inclusivo e manifestou aqui uma abertura intergeracional deste projeto, que tem fomentado a formação de novos públicos e a sensibilização para o mundo artístico, a partir de tenra idade.

A sardinhada das IPSS foi outro momento alto de convívio das instituições sociais do concelho, 263 utentes. Trata-se de uma de entre várias iniciativas dinamizadas neste período com a população sénior onde se destaca ainda o 2º Encontro "Intergeracionalidade: desconstruir os mitos das idades" com 90 participantes. A cedência de instalações municipais para a instalação da sede do Rotary Club de Palmela e a atribuição de

apoios financeiros à Associação de Convívio para Idosos de Cabanas, ao Centro Jovem Tejo e ao Banco Alimentar Contra a Fome (este último, no âmbito do Protocolo em vigor) são mais algumas das ações levadas a cabo na área social.

Quanto à recuperação e dinamização do Centro Histórico de Palmela, concluiu-se a intervenção no Parque Venâncio Ribeiro da Costa porque, infelizmente, já foi por, duas vezes, uma mais de vandalismo e outra vez por incidentes com intempéries e são intervenções ainda dispendiosas mas tivemos de fazê-las para manter o parque com a qualidade que o caracteriza. Foram realizados trabalhos de melhoramentos no Largo da Boavista, e reiniciou-se a empreitada do Espaço Cidadão, que havia estado suspensa. No âmbito de diversas iniciativas de promoção da cidadania e de ocupação de tempos livres, o Centro Histórico foi palco de atividades como a "Rota das Profissões com História" nas Férias Culturais da Páscoa ou a visita "Eu vivo o Centro Histórico", que promoveram um novo olhar dos mais novos sobre o núcleo mais antigo da vila. Foi, ainda, realizada a primeira sessão do projeto "Um Centro Histórico de oportunidades", que consiste na partilha de experiências empreendedoras de sucesso, como forma de motivação para o desenvolvimento do tecido económico da vila.

A apresentação pública do Plano de Bacelos foi outro dos momentos altos em Quinta do Anjo, assim como o respetivo relatório ambiental. O prazo de discussão pública está em curso e na segunda-feira realizaram-se atendimentos dirigidos a munícipes e residentes, ainda há outra sessão em horário pós-laboral já agendada para a Junta de Quinta do Anjo. Na gestão de áreas urbanas de génese ilegal, dada a experiência e também a pressão a que o Município sempre foi muito sujeito e sobretudo a dimensão e o número que temos no nosso território, o Município foi auscultado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República sobre "Identificação dos condicionalismos legais, ou outros, existentes relativamente ao processo de reconversão das AUGI". Dada a nossa experiência foi importante, também, a partilha mas também ouvir outras experiências e também dar-lhes nota até dos incentivos que aprovamos recentemente e estão em vigor desde 30 de abril para tentar agilizar alguns processos.

Entre as diversas intervenções de ampliação, remodelação e conservação do sistema de águas de abastecimento, que são muitas e miudinhas, quero aqui destacar sobretudo substituição de 400 metros de conduta de abastecimento de água de grandes dimensões, nas Marquesas I e III, na freguesia de Quinta do Anjo, uma intervenção determinante para a qualificação da rede de abastecimento naquela zona mas quero sobretudo sublinhar o facto de ter sido realizada por administração direta e ter sido uma obra que estava estimada em cento e oito mil euros numa empreitada e que nós conseguimos, por administração direta e com aquisição de materiais, que ficasse por volta dos quarenta mil.

Na área do Ambiente, está em curso a construção da Ciclovia Envolvente ao Pinhal Novo e concluíram-se a base de dados sobre equipamento urbano e diagnóstico sobre o estado de conservação dos bancos de jardim em vários espaços do concelho – diagnóstico, esse, que já originou um conjunto de reparações, por administração direta, em Pinhal Novo e em Palmela. Deu-se continuidade à preparação dos terrenos e das infraestruturas para o projeto "Hortas Comunitárias do Concelho de Palmela", Pinhal Novo é a que está mais adiantada e que estará já talvez na próxima semana a funcionar com formação no local. Foi, ainda, elaborada a nova versão do Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela (PAESP), que irá ser objeto de aprovação, ratificação, neste órgão.

Depois na área do Património Cultural e da História referir que em maio tivemos em Palmela o 13º Curso sobre Ordens Militares, subordinado ao tema "Comendas urbanas das Ordens Militares", uma coorganização com a Universidade do Algarve, e que a 17 de maio, o Castelo foi palco de mais uma edição da Noite dos Museus.

O relacionamento com o movimento associativo tem vindo a estreitar-se ao longo de todo o ano, sendo de realçar neste período a realização da 20ª edição da Queima do Judas (foi uma das mais participadas de sempre, com o envolvimento de 15 associações e grupos), as comemorações do Dia Mundial da Dança e do Dia Mundial do Sapateado, o III Finisterra – *Arrábida Film, Art & Tourism Festival*, mais uma edição do *Cine France* e o regresso dos Encontros Concelhios de Folclore, que, com 250 participantes folcloristas e cerca de meio milhar de espetadores, foi representativo do novo impulso que o Folclore está a viver no nosso

concelho, e o que aliás o Município está a incentivar, com regras muitos claras e atribuição de apoios financeiros no valor global de 5.600 euros. Não posso deixar de referir, também, o grande programa comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril no nosso concelho, que ainda não terminou há mais iniciativas até final do ano mas que conta já com 166 iniciativas, entre exposições, provas desportivas, espetáculos de música e dança, e palestras, concretizadas naturalmente com o forte envolvimento de todos em particular do Movimento Associativo, Comunidade Educativa, Juntas de Freguesia e o Município.

A consolidação da rede de equipamentos culturais e de serviços, ao serviço da comunidade, conhece, também, um momento marcante, com a concretização do projeto do Centro Comunitário de Águas de Moura, entenda-se projeto de intervenção cívica e não o projeto de arquitetura. Foi adjudicada a empreitada de beneficiação, já teve início a primeira fase dos trabalhos, com a retirada da antena e a reparação de caixilharias e rebocos, entre outras pinturas interiores, redes de infraestruturas elétricas e informáticas, etc., para instalação de serviços mas essencialmente das associações que já ocupam aquele espaço.

No âmbito da dinamização da Rede Municipal de Bibliotecas destaco aqui a realização duma Feira do Livro. As Bibliotecas continuam a ser muito frequentadas, 22 sessões de contos para mais de meio milhar de crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, várias apresentações de livros e oficinas artísticas. Quero aqui destacar o programa de Formação para a Comunidade, com o arranque de quatro novas ações.

De grande importância para os jovens do concelho dado o entusiasmo e as dinâmicas existentes sobretudo pelo incentivo à criatividade na área da música, está a decorrer quase já em reta final a adaptação da cave do Centro Municipal de Juventude de Pinhal Novo para sala de ensaios.

Depois temos que destacar a realização em abril dos Campeonatos Europeus de Orientação e de Orientação de Precisão, saldo bastante positivo e envolveu muita gente, muitos trabalhadores e trabalhadoras municipais, muitos voluntários. Foi a maior organização desportiva alguma vez realizada no concelho com um total de vinte provas, oito centenas de participantes de trinta e um países, trezentas pessoas na organização e cerca de quatro dezenas de jornalistas de todo o mundo. Ainda na área desportiva, sublinho, também, o primeiro período da fase inter escolas dos Jogos Desportivos Escolares, com 1.127 participantes das escolas dos 2º e 3º ciclos e secundárias.

Transportes e comunicações, em fase de conclusão a estrada que liga o Caminho Municipal 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa e foi adjudicada a execução da rotunda na Estrada Nacional 379, no cruzamento com a chamada Estrada do Cemitério e rua de S. Julião.

Gostaria de destacar, pela sua dimensão mas também pela importância simbólica sobretudo num período em que os ataques à administração local são muitos, as dificuldades para contratatação de pessoal, hoje trazemos aqui uma proposta, são grandes e de facto temos uma enorme sangria de trabalhadores nestas áreas operacionais, o pacote significativo de intervenções executadas por administração direta, neste período. São de sublinhar reparações de vias em betão betuminoso em mais de sete dezenas de arruamentos de todo o concelho, em 25 vias em *tout-venant*, a limpeza de bermas e valetas em 48 quilómetros e a reparação de calçadas nas freguesias de Palmela e de Pinhal Novo.

Abril e maio, atividade de promoção turística, valorização e divulgação dos produtos locais de qualidade. Destaco o Festival Queijo, Pão e Vinho, com 15 mil visitantes, e a Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó. Foram, também, realizados, no âmbito do programa "Palmela, Experiências com Sabor!", Fins de Semana Gastronómicos e *Show Cookings* dedicados ao Queijo de Ovelha e à Fogaça de Palmela. Esta rainha da doçaria local foi, ainda, pretexto para um Concurso bastante concorrido. Destacar mais uma vez a excelência dos nossos vinhos que no Concurso Internacional dos Vinhos "*La Selezione del Sindaco*" (onde Palmela voltou a ser o município português mais medalhado), mas também participações na Feira Náutica do Tejo e na iniciativa "Peixe em Lisboa" são alguns exemplos de presenças institucionais de Palmela com o objetivo de promover as potencialidades turísticas do nosso território.

Os objetivos de dinamização do tecido económico e promoção do investimento, neste âmbito reunimos com empresas localizadas na Zona Industrial de Vila Amélia, foi divulgada a existência do GAEPI - Gabinete de

Apoio às Empresas e Promoção do Investimento e contratualizada um conjunto de melhorias no local, divulgado um pacote de medidas de incentivo que resultaram das aprovações e alterações aos Regulamento aqui aprovados. Quero aqui destacar, também, uma parceria com o IAPMEI em que realizamos em Pinhal Novo o Workshop PME Digital.

Na Semana de Freguesia de Quinta do Anjo, em maio, este estilo de trabalho Semanas Descentralizadas, muitos contactos com empresas, instituições particulares de solidariedade social, coletividades, populações e muitas e diversas comunidades do nosso concelho. Neste âmbito da participação de referir, porque isto existe e mexe com muita gente, o projeto "Poder Local – Eu conheço! Eu participo!", o programa "Agir pelos direitos – Eu participo!" e o projeto "Bora lá!", com várias sessões de trabalho e ações de formação com diversos públicos, crianças e jovens desde o 1ª ciclo que vêm aqui à Câmara também trazer as suas listas reivindicativas, e não só, com muita criatividade.

Ainda no período a que respeita o presente documento de informação, recordar que foram aprovados pelos órgãos executivo e deliberativo os Acordos de Execução e os Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, referentes à delegação de competências nas áreas da conservação e manutenção de mobiliário urbano e da manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados que espero que sirvam, efetivamente, para servir melhor os nossos munícipes.

Disse Sra. Presidente. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, pergunto se há alguma questão depois da exposição do Sr. Presidente. Tem a palavra o Partido Socialista, por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Boa noite a todos, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, caríssimos membros da Assembleia Municipal, público em geral, Srs. jornalistas, técnicos da Câmara Municipal.

Vou fazer uma pergunta e depois relativamente à Atividade Municipal vou fazer uma pequena explanação, não demorarei quinze minutos, terá pouca resposta porque são essencialmente constatações face ao Relatório.

A pergunta que tenho e não a fiz há bocadinho para a juntar agora tem a ver com uma lavagem automática que apareceu no Pinhal Novo o ano passado, já é de dezembro do ano anterior. Nasceu na curva do viaduto que sai do Mercado Municipal e que desemboca na rua António Sérgio, está lá afixado o alvará da Câmara Municipal, e a primeira coisa que eu disse isto é ilegal fazer uma lavagem automática numa curva onde habitualmente até existem acidentes, numa rua que não tem escoamento nomeadamente em termos das águas pluviais porque enfim, foi feita noutra dimensão, está remendada, etc., etc. Fazer uma lavagem automática numa curva onde é preciso acesso de entrada e de saída, achei aquilo gritante. Bom, entretanto seis meses depois ou mais a lavagem automática lá está praticamente pronta para arrancar e a primeira pergunta é: a Câmara pensa que há condições de segurança para se abrir uma lavagem automática naquele local? A resposta do Sr. Presidente será sim porque nós legalizámos. A segunda é: quando é que abre e porque é que não abriu ainda se já está toda aquela panóplia de material lá instalado?

Relativamente à Atividade Municipal deste período gostava de fazer três ou quatro referências. Primeiro em relação à regularização da Vala da Salgueirinha, enfim, quero saudar a iniciativa, trezentos e trinta mil euros é a parte da Câmara em tudo isto se cumprirmos aqueles oitenta e cinco por cento que lá estão. Resta saber aqui muito do que é o projeto, que eu não conheço só conheço aquele projeto do PDM de regularização da vala e que tinha os patinhos e os gansos que foram apresentados aqui na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal nos tempos idos de 2005, por aí. Não deve ser um projeto desse tipo, claramente, mas havendo uma regularização eu gostava de saudar isso e, portanto, penso que não era preciso ter vindo um Presidente de Câmara do Pinhal Novo para que isso fosse feito, mas é uma premência clara para o concelho a regularização daquela linha de água.

Relativamente ao [EOC/ETOC] Campeonato da Europa de Orientação Pedestre e ao Campeonato da Europa de Orientação de Precisão, enfim, o Raul já aqui na sessão da Assembleia Municipal anterior fez alusão e eu gostava de voltar a fazer alusão à iniciativa, à implementação que teve, à dinâmica, etc. Gostava de lamentar a pouca visibilidade que o evento teve tendo cá quarenta jornalistas de todo o mundo, previa-se cerca de mil e quinhentos a dois mil participantes, é o que está na proposta em que nós atribuímos a verba à orientação, e ficamos pelos oitocentos mas não é isto que está em causa. Para mim teve pouca visibilidade, e, portanto, é uma questão de marketing que aqui tem que existir e a Câmara se tem uma iniciativa desta índole no território tem que a valorizar e tem que a promover convenientemente. Eu percebo que a Federação Portuguesa de Orientação, enfim, está também habituada a um patamar que não envolve muita mediatização mas mereceria, certamente, que essa mediatização tivesse existido.

Do Relatório aqui apresentado gostava de salientar uma tendência que vem desde 2010, que é uma tendência negativa. E essa tendência negativa tem a ver com as ações de formação dos funcionários. Como digo é uma tendência que não é deste ano nem deste quinteto de meses, é uma tendência que vem já de alguns anos de 2010 a esta parte. Há cento e trinta e nove horas de formação para novecentos e dezoito funcionários durante cinco meses, isto dá cerca de menos de oito horas de formação para cada um destes cento e trinta e nove e zero horas para todos os outros setecentos. Penso que aqui terá que haver um trabalho a esse nível, temos o Centro de Formação, e, portanto, com entidades externas e internamente teremos que procurar que estes números sejam melhorados. Os números têm vindo a decair claramente desde 2010.

Planeamento Urbanístico, eu agarrei nesta Atividade Municipal de 2006 e agarrei nesta e relativamente ao PDM e aos PU's, Sr. Presidente eu admito que estará a fazer um esforço imenso para que as coisas tenham outro rumo mas oiça a terminologia e aquilo que está em causa é genericamente o mesmo e passaram oito anos. Percebo que, enfim, há nuances, há impedimentos, mas constatando um facto aquilo que temos aqui não é igual, até porque os PU's não tínhamos o Bacelos na altura etc., etc., mas relativamente aos outros projetos Plano de Urbanização, PDM, etc., houve avanços efetivos e houve recuos e, portanto, aquilo que temos hoje aqui escrito não foge muito disso. É uma constatação, eu não quero dizer que a responsabilidade seja única e exclusivamente da Câmara, não será, mas é uma constatação que, enfim, não o deve deixar descansado obviamente nem dormir, quer dizer, deve deixá-lo dormir bem mas deve-o fazer acordar preocupado.

Fiquei também preocupado com a questão dos ajustes diretos. Já uma vez numa sessão de Câmara frisei isso e até o meu querido amigo Manuel Lagarto e o meu querido amigo Valentim se insurgiram contra mim sobre a questão dos ajustes diretos. É uma prática das Juntas mas é também uma prática da Câmara Municipal. Eu dá-me ideia que estes ajustes diretos que estão circunscritos nas páginas trinta e dois e trinta e três do Relatório têm que tomar outra forma. E não são ajustes diretos para tirar um carro, como o Sr. Presidente há pouco referiu, não são ajustes diretos para uma série de atividades e de ações, algumas delas anuais, e que requereriam, penso eu, uma maior lisura e transparência de procedimentos. O ajuste direto nas páginas trinta e dois e trinta e três têm aqui uma série de ajustes diretos para uma série de coisas. Esses ajustes diretos são ajustes diretos é o que está aqui. Para mim a minha terminologia de ajuste direto é ajustamos diretamente, pronto está bem se é assim está tudo ok. Agora o ajuste direto a este nível, qual é a diferença entre o ajuste direto e o concurso? Tem a ver com o valor, única e exclusivamente? Pois está bem, mas então houve um concurso para isto e houve um ajuste direto que é proveniente duma consulta de mercado. É que o ajuste direto pressupõe outras coisas, aliás o senhor disse: "fizemos um ajuste direto para tirar um carro." o senhor não consultou três empresas para tirar o carro, o valor não dá para isso não é? O valor não dá para isso para fazer a consulta.

Muito bem, vamos ao Orçamento. A execução orçamental que é aqui apresentada cria-me alguns, enfim são algumas notas que eu gostava de deixar. Ao nível da receita há aqui um decréscimo relativamente ao ano anterior de cerca de um vírgula seis milhões de euros e ao nível da despesa verifica-se também um decréscimo de cerca de um milhão de euros, o que é estranho porque o Sr. Presidente recebendo menos dinheiro nestes cinco meses, pagámos menos durante estes cinco meses portanto, genericamente, teríamos em termos de balança o mesmo. Não percebi ainda porque é que houve, daquilo que eu sei não houve, incorporação dos quatro vírgula quatro milhões de euros do saldo transitado do ano anterior. Já existiam esses quatro vírgula quatro? É que aqui no Relatório diz qualquer coisa como, vou ler, *"Esta evolução negativa deve-se essencialmente aos impostos indiretos. Estão previstos receber no Orçamento trinta e nove*

mil virgula sete milhões de euros, foi incluído o valor do empréstimo de curto prazo sem inclusão do saldo de gerência do valor de quatro milhões de euros." Portanto, se está aqui escrito eu pressuponho que estes trinta e nove virgula sete são os trinta e sete vírgula sete mais os dois milhões de euros, ok?, sem a incorporação do saldo de gerência do ano anterior. Primeiro queria perguntar se já foi ou não foi incluído, depois tentar perceber se não foi porque é que isso não aconteceu e porque é que vem isto escrito aqui assim.

Relativamente à estrutura da receita era previsível aquilo que aqui está, embora uma previsão seja sempre falível, mas realmente esta não seria muito. Em relação ao IMI há aqui receitas de cinco vírgula cinco milhões de euros que é jamais de cinquenta por cento sobre o valor estimado para a receita de IMI durante este ano, sendo que ainda temos duas prestações de IMI para receber. Esta prestação de IMI e esta receita de IMI esteve desde sempre deflacionada e é estranho como é que colocamos um valor deste nível quando tivemos já a noção clara de qual foi o valor rececionado nos cofres do Município durante o ano de 2013. A Este nível, enfim, há aqui alguma coisa que eu não consigo perceber. Há má estimativa, sim mas quer dizer é muito difícil perceber que há uma má estimativa quando a receita durante 2013 foi de uma determinada forma.

O Orçamento vai ter que ser de novo alterado em face dos valores globais do vencimento dos funcionários, de acordo com a decisão do Tribunal Constitucional, isso não está com certeza contemplado e por outro lado há aqui uma outra verba que não está contemplada no âmbito da despesa e que tem a ver com as ações interpostas contra o Município. Há duas neste período, há cinco anteriores e recordo-me da leitura que fiz do parecer do ROC, na altura da aprovação das contas de 2013, que ele referenciava exatamente isso. A Câmara exclui sempre o pagamento de indemnizações pelas ações interpostas contra o Município e algumas delas têm um valor de certa forma significativo e eu espero que o Município não perca os processos, e gostava de deixar isto claro. O que é facto é que se perder esses processos há aqui claramente uma despesa acrescida, que não está contemplada, e que me parece que face a esta receita diminuta em relação à previsão e à despesa menor do que aquilo que deveríamos já ter pago, quando o Sr. Presidente também disse aqui que aqueles pequenos fornecedores já estava tudo pago, etc., etc., etc., causa aqui alguma estranheza.

E pronto, era só. Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto se há mais questões ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente pedia a resposta, enfim, tão célere quanto possível atendendo a que são onze horas e estamos no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou tentar. Muito obrigado Sra. Presidente.

Relativamente à lavagem automática, é um processo de 2006 que teve deferimento desde essa altura, faltavam depois as especialidades e é em sede das especialidades que são dirimidas todas as questões de escoamento de águas, etc., etc., a rede que lá está permite perfeitamente, portanto não há problema nenhum com o escoamento de águas. O problema de escoamento ter a ver com o nivelamento da estrada e a localização dos sumidouros, mas isso é para lhe dizer que os contributos que a lavagem automática venha a ter para o sistema pluvial, para ser para o pluvial tem de ter pré-tratamento, não indo para o pluvial vai para o doméstico e está devidamente dimensionado. A questão da proximidade da curva e do trânsito foi devidamente aquilatada tecnicamente e passou nesse crivo, também com observações da nossa parte e só não está em funcionamento porque não fez ainda tudo aquilo que há a fazer, porque há proibição de viragem para quem sai da lavagem automática à esquerda. Para além de faltar a sinalização vertical falta outro tipo de inibidores da viragem, não lhe sei agora dizer, acho que é no próprio pavimento e possivelmente até com pilaretes retráteis em plástico extra rígido porque tenho de memória que foi essa a solução que foi imposta. Relativamente à perigosidade, olhe, todos os técnicos dizem que aquilo tem condições para, tem visibilidade, tem de se circular a cinquenta. Essas questões cada um tem a sua opinião,

naturalmente, mas aí não é uma questão política é uma questão técnica e, portanto, nesse domínio a Direção-Geral de Viação tem as recomendações, tem as normas, e os técnicos baseiam-se nelas e nós, naturalmente, no escrutínio técnico que fazemos também temos de seguir essas indicações. Dos acidentes ali ocorridos nós também temos indicação e garanto-lhe que parte deles não tem que ver com qualquer saída ou entrada, se calhar tem que ver com outras coisas. Há bom, pronto, então essa é outra questão, há saída e entrada duma garagem. Repare o senhor diga-me se há uma saída de garagem que está a uma distância inferior do eixo da curva, desculpe, do que está a saída da lavagem automática a distância é a mesma. Só para lhe dizer que cumpre as regras que os técnicos entendem que são, as essenciais. Em relação à abertura obviamente só haverá abertura quando estiver tudo cumprido então aí é que é emitida a licença de utilização. Não sendo como nós impusemos não vai ter licença de utilização.

Ribeira da Salgueirinha, aquilo que nós apresentamos foi uma candidatura para uma intervenção que associa a engenharia pura, dos gabiões, dos atravessamentos, a outras intervenções mais ambiciosas de bacias de retenção, zonas de caudais laminados, leitos de cheias. Obviamente que irá ter outra fase que é uma fase de arranjo paisagístico e que nesta intervenção há zonas que leva logo arranjo paisagístico naturalizado, que é essa a solução que defendemos para ali, e outras em que temos de seguir o projeto do INAG, que é engenharia pura à base de gabiões sob pena de nunca mais termos um projeto aprovado. Neste momento interessa-nos é que a candidatura tenha sucesso, a partir daí teremos um ano para tratar de expropriações e as questões mais grossas, nomeadamente as bacias de retenção, e o resto temos paisagistas para trabalharem no que houver a trabalhar nesse domínio. Vamos chamar-lhe ribeira da Salgueirinha, é mais bonito.

Sobre o Europeu de Orientação, Sr. Membro da Assembleia, lamento que a Orientação não tenha a projeção que tem outras modalidades nos órgãos de comunicação mas garanto-lhe que isso pode ser uma questão cultural e se calhar até de preconceito, mas digo-lhe que eu nunca vi nos jornais nacionais falar-se tanto de Orientação como durante o mês de abril. Vi pela primeira vez separatas em jornais como o Record e a Bola dedicadas aos Europeus de Orientação em Palmela e com reportagens sobre Palmela. Quero dizer-lhe que os números que aqui estão são os números reais de participantes, número de equipas, número de atletas, mas que junto aos atletas e aos participantes veio muito mais gente a Palmela. Depois quero dizer-lhe que a repercussão do evento é de tal modo grande sobre o território, e junto dos amantes da modalidade, que ainda não havia passado um mês tivemos os Campeonatos Militares de Orientação Militar a nível nacional no concelho de Palmela e que vamos ter nos próximos fins de semana o Orijovem, que também mobiliza um conjunto de atletas de todo o país, e que continuamos a ser visitados por atletas estrangeiros que entretanto gostam de estar em determinado turismo de habitação, ou gostam de voltar à Pousada de Palmela ou gostam de estar em casa de amigos no nosso concelho. Estas questões do marketing e da divulgação, etc., etc., fizemos aquilo que podíamos fazer mas não temos um largo suporte por trás ou outro tipo de sponsors, de qualquer forma consideramos que o saldo é muito positivo e que continua a ter repercussões positivas nosso território.

Sobre a formação, efetivamente os números têm vindo a reduzir-se. Eu tive recentemente numa reunião com trabalhadores e nós próprios constatamos que o número de horas reduziu em particular nos últimos dois anos. Em todo o caso, ainda são uns milhares de números de horas, ainda não chegámos ao final do ano, mas também tive oportunidade de dizer nessa altura uma coisa que lhe vou dizer: é que não vale a pena repetir formação. Ou há oferta de formação sobre novas metodologias ou outra coisa nova que exista, uma nova legislação, enfim, ou então o assistente operacional andar sempre a fazer a mesma formação sobre segurança em obra tem de haver outras coisas. Também sobre esta matéria queria aqui chamar a atenção para o seguinte: há quantos anos é que não há apoios para esta matéria? É que isso desapareceu, se não fosse a nossa inclusão na rede da AMRS grande parte da formação especializada nós não tínhamos acesso a ela ou então a custos elevadíssimos. Depois, neste período de férias vai haver um período dedicado à formação na pausa dos transportes escolares, quase todos os nossos motoristas vão ter formação neste período, portanto isto tem também alguns períodos. Continuaremos a investir, mas preocupava-me é que se alguém dissesse que por tanta formação que damos não termos as pessoas a trabalhar na rua, porque no passado também já nos acusaram disso. O pessoal está todo em formação, os processos não se despacham, os serviços não estão na rua, deviam estar vinte estão cinco, enfim nós estamos empenhados nesse processo e acreditamos também que no novo quadro estratégico comunitário pode ser que haja alguma verba também para esta área.

Plano Diretor Municipal - não é exatamente como o Sr. Membro da Assembleia diz. Por exemplo, a carta de riscos é uma novidade e o problema é que acabou de sair uma nova lei dos solos e mesmo hoje debatíamos com juristas o que é que vai sair dalí, aquilo deve ser para dar dinheiro a mais consultores para despachos ou leis interpretativas porque não se percebe como é que aquilo vai ser aplicado. Nós temos estado a cumprir um conjunto de novas exigências que surgiram nos últimos anos, ainda temos um longo trabalho pela frente mas também quero aqui dizer a todos os Srs. Membros da Assembleia mais do que manter em aberto um Plano de Pormenor para Carrascas, um Plano de Pormenor para a Zona Industrial Sul de Pinhal Novo, um Plano de Urbanização do Pinhal Novo que já tem treze anos, nós vamos começar a trabalhar em unidades operativas de planeamento e gestão, que é muito mais flexível, porque queremos dar todo o gaz ao PDM. Estando tudo isso no PDM as unidades operativas de planeamento e gestão são até mais concretas do que os próprios Planos de Urbanização, mas isto é uma realidade que existe há pouco tempo. Depois, se o senhor já teve oportunidade de debater um plano, mas recentemente apresentamos outro, estas questões da perequação que é o mais democrático que há continua a ser de difícil compreensão para os nossos cidadãos. Esta coisa de partilhar espaços, de ser ressarcido porque deixa fazer a estrada naquele lado, etc., etc., e os planos hoje apontam todos para essa solução e essa solução vai certamente estagnar e fazer parar ainda mais alguns territórios. Estamos a reduzir os perímetros, estamos a fazer as cartas de ruído, estamos a fazer as cartas de risco e teremos certamente no próximo ano outros desenvolvimentos. Esperamos fechar Bacelos este ano, Cabanas com a REN está difícil, se calhar há aqui um aspeto que na generalidade os Srs. Membros da Assembleia desconhecem é que há aí alguém que decidiu que o concelho de Palmela vai ser a REN da Área Metropolitana de Lisboa. Sabe o que é que isto significa? E sabe o que é que significa estarmos a trabalhar com um Plano Regional de Ordenamento do Território, que já tem uns anos, e sermos obrigados a meter nos instrumentos em que estamos a trabalhar, e a atualizar, o Plano Regional de Ordenamento do Território de 2011, que não está aprovado, com os corredores vitais, com os corredores primários, com os corredores secundários. O que está em vigor é o anterior, mas obrigam-nos a pôr, para validarem na concertação as soluções, um PROT que não está em vigor. Obrigam-nos a continuar a considerar um aeroporto, uma plataforma, uma terceira travessia, não uma rede de alta velocidade como foi gizada inicialmente mas de outra forma, portanto nós, todos os dias, temos estes desafios pela frente e como lhe digo, e o senhor também teve a hombridade de reconhecer que não depende só do Município, mas garanto-lhe que estamos a dar alguns passos e começa a aparecer aqui algo diferente.

Execução orçamental, receita, despesa, diferença, vamos lá a ver. Efetivamente há aqui uma diferença que tem que ver, olhe por exemplo, com uma contestação de empresas relativamente às taxas de ocupação de subsolo, não é, e por causa disso também não só não temos a receita como não temos as rendas. Nós, por exemplo, com a EDP contestamos a faturação do primeiro trimestre. Ora nós não pagamos mas eles também não nos pagam a renda e as diferenças têm que ver um pouco com isto, porque em termos normais isto estaria muito afinadinho e estabilizado, de qualquer forma está perfeitamente controlado. Esta questão do saldo, eu estava aqui a tentar clarificar quando é que fizemos a revisão. É uma explicação técnica Sr. Membro da Assembleia, a análise de execução da receita faz-se neste Relatório reportando a evolução das receitas do ano e, portanto, o saldo é uma receita do ano anterior. Isto é uma opção metodológica e é evidente que na prestação de contas isto é interiorizado. Nunca foi assim? Eu creio que terá sido sempre assim.

Relativamente à questão do IMI já debatemos aqui numa Assembleia anterior, e os senhores até disseram *"continua a entrar IMI ..."* De facto está realizado em 2014 IMI's que tiveram em contestação de anos anteriores, não só de 2013, e já houve também alguma execução que não é da ordem dos milhões mas é ainda de centenas de milhares de euros nos primeiros meses do ano. A prestação grande teve que ver agora com maio. Nós não subestimamos o IMI, já tivemos essa discussão política noutro momento, acreditamos e oxalá ultrapassemos porque é bom sinal, também é sinal que algumas coisas novas vão sendo legalizadas Sr. Membro da Assembleia, olhe que é importante. Dizer-lhe que já quando tivemos essa discussão chegamos à conclusão que houve ali um erro de seiscentos mil euros. Foi seiscentos mil uma diferença que tivemos quando tivemos a discussão sobre a Conta de Gerência. Vamos ver o comportamento porque isto não é de facto linear, nós próprios temos pedido informação sobre esta, e outras matérias, às Finanças ainda não percebemos como é que foi retirado, não sei se as Juntas já receberam o IMI, o um por cento do IMI e temos agora as questões do FAM (Fundo de Apoio Municipal) entre outras, vamos aguardar. Obviamente monitorizaremos, como sempre dissemos, estas questões do IMI para efeitos das decisões que

viermos a tomar quanto à percentagem do imposto a aplicar. Esta questão do saldo está, recorde-me Sr. Membro da Assembleia se não lhe respondi a alguma questão, genericamente respondida.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, podemos passar ao ponto seguinte?

Vamos então ao ponto dois, pergunto ao Sr. Presidente se muito rapidamente quer enquadrar a proposta."

PONTO DOIS – Desafetação do domínio público no âmbito da alteração à licença de loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 282; Reqte: Administração Conjunta da AUGI de Brejos Carreteiros; Procº: L-34/87, Vol. I 1; Local: Brejos Carreteiros (Perímetro Urbano de Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros), Freguesia de Quinta do Anjo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, vou tentar fazê-lo muito rapidamente.

Trata-se duma alteração ao alvará de loteamento de uma AUGI, na prática tentando resumir há alterações efetuadas no decorrer das obras de urbanização no sentido de melhorar e otimizar as condições de circulação rodoviária, a desafetação da área de duzentos e quarenta e três metros quadrados de arruamentos e a sua integração num lote que decorre de alterações efetuadas num entroncamento com o CM 1029, por questões de segurança do próprio entroncamento. A integração é neste lote pois a área em causa é confinante e não faria sentido senão a este lote e não se considerou pertinente manter a mesma em domínio municipal. Por outro lado, o lote cinquenta e oito cede para domínio público afeto a arruamentos uma área de cento e noventa e cinco metros necessária ao alargamento das vias circundantes e respetivos raios de curvatura por forma a ser possível a circulação de veículos pesados.

Tentando resumir há aqui um saldo de efetiva desafetação do domínio público de quarenta e sete metros vírgula noventa e seis metros quadrados, nada mais se trata. É importante referir que nestes processos de reconversão este tipo de otimizações são frequentes tendo em atenção que são processos de tramitação longa e que pelas suas caraterísticas e pré-existências a respeitar resultam em soluções infraestruturais concebidas em contextos anteriores que depois vêm a carecer de ajustes face aos atuais requisitos e necessidades. Dizer também que em termos de parâmetros urbanísticos verifica-se uma redução da área afeta ao domínio público em quarenta e sete metros, é isto que importa referir, mas que a alteração não provoca qualquer aumento do número de lotes, cumpre os parâmetros determinados no Plano Diretor Municipal. Neste contexto considerando que se trata de moradias unifamiliares e não obstante se verificar um aumento da área global dos lotes de quarenta e sete metros não aumenta o número de fogos pelo que não há também lugar a realização de cedências para espaços verdes ou equipamentos de utilização coletiva previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

Apesar de estarem aqui estas alteraçõezinhas todas nestes lotes, aquela que carece de deliberação municipal e em particular de ratificação da Assembleia é esta desafetação e este saldo, porque a proposta até acabou por ser demasiado completa ao incluir todas as pequenas alterações nas restantes."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista, por favor Sra. Membro Ilda Fino."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Muito boa noite. Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Membros da Mesa da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadoras e Vereadores, Srs. jornalistas, munícipes e mais pessoas aqui presentes.

Resumidamente como já foi aqui falado com o Sr. Presidente, trata-se realmente duma alteração de operação de loteamento relativamente à qual foi dispensada a consulta pública até mesmo porque estão preenchidos e cumpridos os parâmetros aqui em causa no Plano Diretor Municipal.

De salientar que, sumariamente, consiste em criar condições de legalização de construções existentes conforme é aí referido muito bem na proposta retificando situações que estão na planta síntese a eliminar na planta porque constavam como construções que entretanto foram demolidas, designadamente os lotes 42, 46 e 51.

Verifica-se então um aumento global da área dos lotes em cerca de quarenta sete vírgula noventa e seis metros quadrados não havendo aumento do número de fogos, situação pela qual também é dispensada a consulta pública como aqui foi referido.

Em contrapartida houve, realmente, aqui um aumento de duzentos e quarenta e três metros quadrados vírgula quarenta e quatro metros quadrados na área do lote 92 e aqui é vai a redução desta área global de afetação do domínio público, designadamente dos arruamentos, e tal situação foi devidamente acautelada e justificada na proposta por questões de segurança e de circulação rodoviária como é referido referente a veículos pesados que transitavam no local e portanto também tinha aqui um desgaste até em termos de custos e aumento de custos de manutenção para a autarquia.

De referir que foi salvaguardado o direito de reversão nos termos do artigo 45º do RJEU pelo facto de, neste caso, o titular do alvará, o requerente, ter solicitado essa mesma situação e que aqui o direito de reversão consiste designadamente em todos aqueles bens que tinha sido expropriados e que tinham sido afetos ao domínio público deixou de ter a referida utilidade pública pelo que reverte ao primitivo proprietário, neste caso o requerente que solicitou essa situação.

Os pressupostos, só para terminar porque estamos em adiantado da hora mas já agora queria clarificar, estão previstos no artigo 5º do Código das Expropriações, cessando a necessidade dessa expropriação a entidade expropriante, neste caso a autarquia, pode decidir dar outro destino económico que foi o que fez e cessou então a motivação pela expropriação.

Só para concluir queria dizer que o PS vai votar e, portanto, votamos a favor desta proposta como é evidente pois consideramos que é mais um passo de muito trabalho que há a fazer no processo de reconversão urbanística das AUGI's. Esse processo que tem que ser feito em articulação com os moradores e em articulação com os representantes das AUIGI's de modo a contribuir em definitivo para resolver estas situações. Nós sabemos que há um percurso muito grande a percorrer até pelas características do território, e pela imensidão e vastidão, mas pensamos que decorridos quarenta anos depois de Abril há imensas situações que têm que ser pensadas e queríamos congratular também esta clarificação, pois ao fim e ao cabo é a regularização duma situação e esperemos que concretize futuramente todas as situações que têm que ser feitas. É um bom esforço e estamos no bom caminho. É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Mais alguma intervenção? Então com esta intervenção vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela – Aprovação.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto número três, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se do Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela; no âmbito dos desafios ambientais e energéticos a Câmara tem vindo a desenvolver um conjunto de ações integradas ao nível do ambiente e da energia, na perspetiva de tornar o concelho sustentável, saudável, atrativo para viver, trabalhar e investir.

Este desenvolvimento só se consegue com uma abordagem global, integrada, de longo prazo, assente na participação da sociedade e a União Europeia promoveu uma iniciativa dirigida a municípios e cidades dos Estados-Membros, o Pacto dos Autarcas, à qual o município aderiu. Esta ação incentiva e apoia os municípios aderentes a superar os objetivos definidos pela União Europeia na redução das emissões de CO2, através da aplicação de um plano energético, a promover a participação da sociedade civil e a partilhar a experiência e o saber-fazer com outras entidades.

Aderimos ao Pacto dos Autarcas em 2009, o município assumiu este conjunto de compromissos, voluntariamente, reconhecendo o papel estratégico da gestão da energia a nível local, tendo elaborado o Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela, que passa a designar-se por PAESP, onde são definidas medidas concretas para a redução do consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis e para a redução das emissões de CO2, estabelecendo prazos e atribuindo responsabilidades para a concretização da estratégia traçada.

A importância desta matéria torna essencial a busca de consenso como forma de assegurar a implementação do plano e a sua continuidade. O documento, por isso, foi objeto de um debate alargado com várias ações e oficinas, desde maio de 2013 a março de 2014, abrangeram todas as unidades técnicas do município, o setor empresarial, o meio académico, as forças políticas representadas na região e a sociedade civil. Deste frutífero debate resultaram a avaliação e enriquecimento do conjunto das medidas inicialmente propostas e a construção de um documento consensual. Este documento constitui um instrumento a operacionalizar nos próximos anos, tendo em vista o compromisso assumido pelo município com a adesão ao Pacto dos Autarcas. Não obstante, importa referir que o município não esperou pela finalização do plano e já encetou há anos a implementação de algumas medidas que aí estão preconizadas.

Algumas explicações complementares: o plano prevê medidas por vários sectores, transportes, indústria, doméstico, serviços, agricultura, resíduos, águas residuais, produção de energia. Grande parte das questões e dos desafios colocam-se de facto à indústria, às empresas, porque são elas as principais consumidoras também de energia. Os resultados de que partimos foram os resultados que tinham de servir de base à época da adesão do Pacto dos Autarcas, que foram aqueles que estão na matriz energética do concelho em 2008, iremos fazer uma monotorização dentro em breve, no final deste ano, porque já há percurso e também já há possibilidade com novos dados que nem sempre são fáceis de encontrar, seja através das agências de energia com quem trabalhamos na elaboração deste plano, seja junto do próprio INE e outras entidades. Procuraremos fazer uma monotorização intercaladamente mas, para já, a adesão, na minha perspetiva, estaria incompleta se não tivéssemos o plano de ação e é a partir de agora que, efetivamente, temos este compromisso para atingir as metas que nos propomos alcançar e que são um desafio para toda a sociedade, para todo o concelho e não apenas para o município.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra Bruno Grazina do Partido Socialista."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Antes de mais queria saudar todas e todos os presentes, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores e restantes autarcas, Sras. e Srs. técnicos da Câmara Municipal, Sras. e Srs. munícipes.

Esta é uma matéria que a bancada do PS tem realmente muitas preocupações e vai no seguimento, também, das preocupações do Partido Socialista. Basta também analisarmos qual o Governo que maior investimento realizou, nos quarenta anos de democracia, nas áreas do ambiente e das energias renováveis.

Queria também aqui saudar a criação deste plano e as preocupações do município com estas questões ambientais que também vão no seguimento das nossas preocupações e que são preocupações que são partilhadas.

Elogio também o processo de consulta pública, que foi bastante participado com a realização de diversas sessões, eu próprio tive oportunidade de participar numa com muito gosto.

Queria também anunciar que iremos votar favoravelmente, mas que, ainda assim, há algumas questões que gostaríamos de assinalar para que, de futuro, se possa também fazer melhor porque é essa a nossa perspetiva de que possamos sempre ir melhorando.

Ao nível da informação sobre os investimentos a realizar por entidades em conjunto, não surge a referência à percentagem de investimento que cada entidade irá realizar e nós queremos que seria importante que estas percentagens, de futuro, viessem descriminadas.

Também quanto à possível inclusão de outras medidas que julgamos pertinentes e que não estão presentes, ou que pelo menos não surgem de forma tão explícita, queríamos também deixar algumas sugestões para complementar as trinta e duas medidas. Nomeadamente no que toca à questão dos transportes, a consideração da possibilidade de restrições de circulação de veículos nos centros históricos como forma de redução das emissões de dióxido de carbono. Quanto à organização de um sistema de inertes nas áreas rurais incentivando depois a combustagem. A colocação de painéis solares térmicos para aquecimento das piscinas, este é um investimento que podem dizer que é um pouco avultado mas é um investimento importante e ainda bem que referiram, porque é um investimento que tem um retorno em cinco/seis anos e permite uma poupança na área energética muito significativa.

Em relação à preservação das áreas verdes também era importante que ocorressem ações de sensibilização e que houvesse também um aumento das áreas verdes no município e o ao nível, também, do turismo era importante também promover o turismo de natureza aproveitando as potencialidades do concelho também neste sentido numa perspetiva formativa e também de promoção da diversidade e da riqueza do nosso concelho.

E é só. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma questão, por favor, sobre esta proposta?

José Manuel Silvério, tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"É só para colocar aqui duas questões, que eu coloco no sentido de que acho que é oportuno fazê-lo agora e que já me tem suscitado esta dúvida.

Agora nós temos aqui por parte da União Europeia a proposta de um Pacto de Autarcas para as cidades e para os seus responsáveis. Em fevereiro de 2006, há oito anos, a União Europeia também aprovou a candidatura para a criação duma agência local de energia chamada AL e eu gostaria que o Sr. Presidente me desse uma informação sobre isto, tem a ver com este assunto de importância para o concelho, e foi na

altura criada uma comissão fundadora da Agência Local de Energia de Palmela, que embora de âmbito privado tinha o apoio da Câmara que enviou para Bruxelas os estatutos da mesma. Esta agência do concelho que seria financiada na altura a cinquenta por cento pela União Europeia durante três anos, eu estou a dizer isto para ver se isto que nós estamos a aprovar hoje não fica também no papel porque creio que foi o que aconteceu, teria por obrigação promover a racionalização de consumos de energia junto dos munícipes, junto das unidades industriais e organizações privadas do concelho.

Sr. Presidente, pode-me dar alguma informação se isto foi concretizado de alguma forma? Isto é total ignorância da minha parte, gostaria que me explicasse.

Também no início do ano de 2009 foi elaborado entre a Câmara de Palmela e a ENA (Agência de Energia e Ambiente da Arrábida) um plano para a eficiência energética do concelho. Na altura era objetivo do executivo desta Câmara reduzir a fatura de eletricidade do município em cerca de cinquenta por cento. A questão que aqui coloco é se o objetivo foi atingido, se, se, aproximou e faria isto como segundo a Câmara na altura com melhor gestão de iluminação pública, edifícios do município certificados de acordo com o previsto no plano nacional de ação para eficiência energética e com boas práticas energéticas no seio de autarquia. Era o que a Câmara dizia com este projeto atingir esses objetivos.

Pode-me informar o Sr. Presidente de 2000 até hoje quanto reduziu a fatura de eletricidade deste município?

Quanto às energias alternativas que também é importante para o nosso concelho, e para o país, que seriam também e que se encontram na minha opinião aprisionadas pelos interesses económicos da União Europeia, eu gostaria de dar dois exemplos que creio que é importante.

Em Portugal as empresas que produzem biodiesel com óleos alimentares só podem vender a frotas. A GALP que fez tudo para não deixar produzir o biodiesel e foi contra a legislação que regula a produção deste agora vai começar a produzir biodiesel em Sines, e nós tínhamos duas empresas do concelho que iriam produzir biodiesel. A EDP, também no campo das energias, tem na energia eólica uma produção neste momento de noventa gigawatts (GW). Os chineses na EDP pretendem passar até 2020 a produção para duzentos GW. Quando se pergunta se os portugueses, e portanto os munícipes de Palmela, vão ter a energia mais barata a resposta deles é nem pensar, ou seja vamos ter o país cheio de postos eólicos, felizmente espero que em Palmela não venha uma praga dessas, mas os benefícios vão para os bolsos dos chineses e dos mafiosos que fazem esta negociatas. Em termos energéticos isto preocupa não só o concelho de Palmela como o país, e eu não podia deixar de colocar estas duas questões ao Sr. Presidente porque nunca mais cheguei a saber o que é que aconteceu a estes dois planos e espero que este vá para a frente e se concretize.

Muito obrigada Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção, por favor.

Então Sr. Presidente se fizer favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Naturalmente este é um documento que estabelece metas, define objetivos por setor, envolve um conjunto de parceiros, o que está aqui definido são metas, a percentagem para cada um dos parceiros naturalmente vai sendo negociada em concreto, face a cada projeto ou medida que venha a surgir em concreto.

Depois dizer-lhe que estamos em plena aclaração, que é um termo que está na moda, do Quadro Estratégico Comunitário do Portugal 2020 e também do Programa do PAR Regional e POR Lisboa e que o eixo da eficiência energética é um eixo com um envelope financeiro significativo e que mesmo ontem nesta sala envolvemos um conjunto de parceiros, uma comissão de acompanhamento, e temos tentado também contagiar empresas do concelho para que se perfilem para essas candidaturas. Nesse contexto, face aos projetos de cada uma em concreto, é possível depois definir a percentagem de cada uma delas. No momento do lançamento do plano traçamos objetivos e metas e é difícil ser mais concreto do que isto, embora tenhamos aqui depois nalgumas fichas pelo menos as estimativas do CO2 o que é que se pretende,

etc., etc.,. Se fizerem aí mais duas autoestradas no concelho, se calhar com mais viaturas, não conseguimos cumprir determinados objetivos mas, olhe, com mais transportes públicos certamente reduzíamos o automóvel. De qualquer forma pensamos que estas metas são possíveis de atingir.

Algumas das questões que referiu estão implícitas no Plano. Nós já fazemos compostagem, tentamos envolver cidadãos na compostagem e há um grande trabalho a fazer de sensibilização dos nossos munícipes, mesmo no que diz respeito à deposição de verdes misturados com outros monos, com materiais de construção, com resíduos que não estão a permitir o aproveitamento para compostagem porque aquilo que chega aos locais de entrega é completamente recusado pela AMARSUL.

Áreas verdes e ações de sensibilização, também está tudo previsto mas dizer-lhe que a área verde do concelho é das maiores, é muito grande e possivelmente com a devolução de algumas áreas que voltarão a ser agro-florestal ou rurais, porque deixarão de ser potencialmente urbanas, ainda virá a crescer essa área.

Turismo de natureza, também sintonia perfeita. Aliás em outubro teremos aí um seminário sobre esta matéria, estamos a trabalhar nesse assunto e todas estas sinergias sendo criadas é que levarão à consecução destes resultados.

As questões colocadas pelo Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, a Agência Local que referiu foi o pressuposto da criação da Agência de Energia da Arrábida. Deu origem depois à criação duma agência de caráter regional, que tem três municípios associados, e temos depois aqui em concelhos vizinhos também outras cordas no arco ribeirinho outras agências. Hoje a questão que se coloca é se estas três ou quatro agências, são três que eu conheço que existem na península, não deviam dar origem a uma mas, até ver, o compromisso que foi criado com a União Europeia é mantermos as agências porque se não as mantivermos assim vamos ter de devolver os fundos que foram entregues para a criação das agências.

O plano de eficiência energética, efetivamente, teve desenvolvimento. E teve desenvolvimento com medidas muito concretas algumas com algum atraso. Repare a substituição de lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, no programa inicial que foi contratualizado com o município isto era para estar tudo pronto no concelho até 2013. A telecontagem era para estar montada até 2013. Com a EDP era tudo facilidades e infelizmente conseguiram uma prorrogação, não é dada por nós, até 2015, vão fazendo as coisas paulatinamente porque o negócio deles, de facto, é vender eletricidade. Em todo o caso não lhe consigo dizer os números exatos, mas eu diria que a redução da fatura sentimo-la o ano passado onde poupámos face a 2012 duzentos e sessenta mil euros, que foi de facto uma poupança estrondosa, mas eu não me situaria nos milhares de euros é que, efetivamente, há menos consumo o problema é que a fatura continua a ter taxa de audiovisual, o IVA passou de seis para vinte e três e nós não conseguimos ver isso refletido em poupança nas nossas contas.

Depois dá-me nota que uma das coisas que estava prevista no plano, tinha que ver com esta intervenção em edifícios municipais. Houve auditorias feitas pela agência de energia, houve correções que foram introduzidas e há outras muito mais profundas a introduzir que estão à espera do futuro quadro comunitário de apoio. Ainda assim quero voltar a dar nota, porque já o fiz neste fórum, do projeto VAGB (Variadores de Velocidade e Arrancadores Suaves) nas estações elevatórias pois em seis meses de funcionamento poupámos quarenta mil euros de fatura energética nas nossas estações de captação de água e era uma medida que estava prevista e que vamos continuar, ou seja vamos tentar introduzir esta tecnologia noutros equipamentos para alcançar essas poupanças. Foi um projeto cofinanciado, foi uma parceria com a extinta, acabou de ser extinta há pouco, Agência de Sintra e a Agência de Energia da Arrábida e o município comparticipou em cerca de trinta e tal mil euros mas se já poupamos quarenta mil em seis meses já valeu a pena.

Algumas medidas estão de facto a ser implementadas, estou apenas aqui a referir algumas, mas há de facto muito trabalho a fazer mas para isso é necessário algum investimento e hoje, no quadro atual, aliás ninguém entidade pública ou privada faz investimentos nesta matéria sem ter também alguns sinais, alguns incentivos e alguma comparticipação. Hoje fala-se muito, as empresas são os principais consumidores têm de dar passos mas se não houver incentivos, se não houver os chamados incentivos para as tecnologias verdes nas empresas, as empresas não vão fazer investimentos. Nós falamos naqueles que têm o retorno, os projetos ESCO, o fornecedor põe e depois com a redução da fatura paga o investimento, etc., etc., mas isso não é possível generalizar a todo o tipo de investimentos que são necessários ser feitos.

Temos uma grande expetativa com o Quadro Estratégico Comunitário porque, de facto, é referido que um dos eixos principais de financiamento e que é transversal para toda a Área Metropolitana de Lisboa é o eixo da eficiência energética e ao abrigo do qual pode ser feita muita coisa, desde regeneração urbana, eficiência energética propriamente dita e espero também eficiência energética nos transportes. Nós gostávamos muito de ter um autocarro a energia elétrica, ou pelo menos que funcionasse todo o ano a biodiesel no centro histórico, mas ainda não conseguimos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, obrigada.

Srs. Membros da Assembleia vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Autorização de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado na carreira de assistente operacional.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou mesmo tentar resumir que isto é mesmo muito confuso.

Nas áreas operacionais temos vindo a assistir à aposentação de muitos trabalhadores especializados sem possibilidade de os substituir devido à redução de dois por cento, que nos últimos três anos, nos é imposta pelas leis do Orçamento de Estado.

Para 2014 a lei do Orçamento de Estado consagra a título excecional a possibilidade de abertura de concursos para recrutamento de trabalhadores com possibilidade de alargamento ao exterior. Entende-se trabalhadores que não têm vínculo à função pública, assim os entendemos, mediante autorização do órgão executivo e deliberativo desde que verifique cumulativamente os seguintes requisitos: Impossibilidade de ocupação de postos de trabalho por trabalhadores com vínculo à função pública; Cumprimento da redução de dois por cento e nós cumprimos nos últimos três anos, embora este último ano demorou e já só cumprimos este ano a meta do ano passado; Se, se verificar que é imprescindível para assegurar o serviço público, que é o caso; Haver lugar no mapa de pessoal e existência de dotação orçamental, que também é o caso e que, aliás, mereceu aprovação pela Assembleia também.

A partir de julho encontra-se garantida a redução de dois por cento, ou seja, a saída de mais dezanove trabalhadores do município. E até final do ano é previsível saírem mais quinze que já requereram a aposentação. Nos últimos anos as aposentações têm atingido sobretudo estas áreas operacionais, nomeadamente na limpeza urbana, cemitério, conservação da rede viária, edifícios municipais, águas e saneamento, transportes escolares.

De facto, também consultados os organismos que a lei nos obriga a consultar, nas áreas operárias não há pessoal na mobilidade especial na administração pública. Visto isto propõe que a Assembleia ao abrigo da legislação em vigor autorize a abertura de quatro procedimentos concursais comuns com vista ao preenchimento do número máximo de dezasseis assistentes operacionais, constantes no mapa de pessoal para 2014, e que sejam sobretudo afetos às seguintes áreas funcionais, eles são todos assistentes operacionais mas a nossa intenção é distribui-los por coveiro, motoristas de transportes coletivos e de veículos especiais, cantoneiros de limpeza e arruamentos e os auxiliares para as escolas. O número de

trabalhadores para cada área funcional é indicativo, depende de muito de quem vier a aposentar-se. Os concursos pretende-se abri-los, as pessoas ficam em lista graduada e só entram à medida que os outros se aposentam e que, efetivamente, possamos vir a chamá-los à medida que cumprimos depois a saída destes outros dezanove até ao limite máximo de dezasseis, que é para isso que temos autorização, cabimento e mapa até final do ano.

Resumidamente é isto, porque a proposta é muito técnica e extensa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista, por favor Elisabete Cavaleiro."

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Começava por cumprimentar os presentes, encurtava o cumprimento.

De facto o Sr. Presidente da Câmara referiu a importância destes concursos de assistente operacional e nós também percebemos a dificuldade que por vezes é em assegurar estes postos de trabalho, até porque eles são pouco atrativos. As pessoas, efetivamente, são mal pagas e nós compreendemos isto.

Esta intervenção vai no sentido de salientar o cuidado na elaboração da referida proposta, a qual não nos suscita dúvidas técnicas uma vez que vem bem documentada e acompanhada de quadros explicativos que justificam a autorização da abertura do procedimento concursal.

No entanto na própria proposta também há aqui uma situação que é referida em relação a oito procedimentos concursais para a mesma categoria para postos de assistentes operacionais que ficaram desertos, não se percebe muito bem como uma vez que este é o distrito que mais sofre de desemprego. Creio que isto tem a ver com a tal bolsa de recrutamento, que era (...) e agora é INA senão estou em erro, não haver esta categoria profissional e por vezes nem há técnicos superiores quanto mais assistentes operacionais.

Nós vamos votar a favor. Tenho dito".

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, alguma intervenção mais por favor?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Posso? Para uma ligeira explicação tentando ir ao encontro à questão suscitada pela Sra. Membro da Assembleia Elisabete Cavaleiro?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Rapidamente, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"De facto ficaram desertos porque nos obrigavam a fazer concursos exclusivamente para detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, ou seja, com vínculo à função pública ou em situação de mobilidade.

Estes já permitem que outras pessoas sem vínculo possam candidatar-se.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Rosa Pinto PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós tivemos conhecimento da proposta na reunião em Poceirão, pelo que votaremos favoravelmente.

Na altura o nosso Vereador Dr. Paulo Ribeiro levantou uma questão à Vereadora que agora foi também esclarecida nesta Assembleia pelo Sr. Presidente.

É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada então.

Estamos em condições de votar a proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos passar à última proposta, ao último ponto Sr. Presidente."

PONTO CINCO – Contas consolidadas 2013.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se da consolidação de contas que tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe, o Município, e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe, a Palmela Desporto.

Dar aqui uma nota que na prática o município já vinha fazendo este tipo de consolidação aquando da Prestação de Contas, habitualmente em abril. Só a partir de 2010 é que foram definidos os procedimentos contabilísticos para a consolidação de contas, embora nós já o fizéssemos desde 2007, e com a nova legislação e a publicação de algumas portarias a nova lei diz que a consolidação é feita em junho, não percebo porquê, é estranho, não sei temos que clarificar isto.

Que operações temos aqui de consolidação? Acumulação de contas das sociedades que pertencem ao grupo, a eliminação do valor da participação, a anulação das dívidas e das atividades do grupo e a anulação das operações entre as entidades do grupo.

O objetivo é elaborar as demonstrações de um grupo de empresas ou de organizações que embora sejam juridicamente autónomas têm de responder aqui a necessidades de informação externa evidenciando-se os resultados obtidos pelo grupo e não particularmente.

Sobre o conteúdo, os números, nós já tivemos a discussão que tínhamos que ter aquando da prestação de contas e da apreciação das contas da Palmela Desporto, contudo destacaria aqui alguns dados. O ativo

líquido do município a trinta e um de dezembro de 2013 ascendia a cento e quarenta e três vírgula quatro milhões de euros, registou um decréscimo de um vírgula dois face ao verificado no ano transato, contudo há a considerar um vírgula oito milhões de amortizações do exercício que atingiram nove vírgula dois, uma vez que em termos brutos a rubrica do mobilizado aumentou três vírgula três.

O grupo municipal, isto na demonstração consolidada, e entenda-se o Município de Palmela e Palmela Desporto, registou custos no valor de quarenta e três vírgula nove milhões de euros dos quais noventa e seis vírgula sete são relativos ao município e três vírgula três relativos à Palmela Desporto. Os custos com pessoal correspondem a quarenta vírgula nove por cento no total dos custos e o fornecimento e serviços externos vinte e sete e meio por cento.

Há depois aqui referências também a proveitos, a reduções. Os proveitos desceram sete vírgula trinta e um por cento. Há também aqui uma referência ao endividamento de médio e longo prazo, de referir que a Palmela Desporto não tem qualquer endividamento de médio e longo prazo, e os números depois estão para apreciação.

Há a certificação legal das contas consolidadas por parte do ROC (Revisor Oficial de Contas) que destaca, de facto, por um lado a capacidade de endividamento ainda do município e chama a atenção, uma questão que já havido sido suscitada mesmo hoje pelo Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, para os cuidados a ter com esta questão das ações dos processos judiciais que estão em curso que se correrem mal nós temos de facto que começar a pensar em integrar isto nas contas. Ainda há pouco não disse mas a nossa expetativa é que alguns destes processos já na primeira instância, nas primeiras vezes, nós ganhámos. Não estamos completamente desesperados porque há recursos, mas a observação do ROC é de todo justa, estamos a correr um risco, e nós não a contestamos como é óbvio.

Sra. Presidente, Srs. Membros da Assembleia penso ter feito a introdução."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra o Partido Socialista por favor".

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"É muito rápido, é só para dizer só o nosso sentido de voto e explicar porquê.

O nosso sentido de voto é a abstenção. Não abstenção em relação ao documento, que é um documento técnico, mas com base na discussão que houve e que deu origem a estas contas e logicamente tem que haver aqui alguma coerência entre aquilo que foram as nossas discussões quando foi dos orçamentos, dos relatórios de contas e de todos esses momentos e depois este documento agora de novo, mas abstemo-nos no sentido de que as nossas alternativas de gestão são diferentes. Logicamente foram postas na altura, nos momentos exatos e neste momento acho que tecnicamente o documento é correto, cumpre a legislação, vamos abster porque ele não verte as nossas críticas mas não temos nada a opor, também não vamos votar contra porque também não temos nada a opor ao documento em si. É só isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção sobre este tema?

O PSD/CDS por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**
"O nosso sentido de voto também vai ser o da abstenção, baseado nas razões e no sentido de voto que temos tido. Contudo apos a leitura aqui do parecer do ROC, a certificação legal de contas, eu por acaso já outro dia estaria para levantar esta questão, a questão da ADREPAL.

Isto foi em 2011 que foi deliberado adquirir o património e houve um contrato de promessa. Estes trezentos e quarenta mil e mais setecentos e cinquenta mil foram todos pagos em 2013? Há aqui ainda um valor residual à volta de duzentos mil euros que pressuponho será pago em 2014, será isso Sr. Presidente?

Eu sei que isto não tem a ver com a aprovação deste documento mas já agora levantava aí a questão.

Há aqui a questão das ações já faladas e que o ROC também chama aqui a atenção para isso e da própria EDP que é essa tal ação que com certeza que o Sr. Presidente referiu há pouco, não é? Quando falou da energia. Há data de 2013 é referido também o endividamento líquido do município no documento do ROC e no outro documento é referido um valor diferente, pressuponho que não seja o líquido não Sr. Presidente? Era só essa a minha dúvida. É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Por favor, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Relativamente à questão suscitada da ADREPAL, nós temos previsto precisamente para este ano o pagamento duma última tranche. Entretanto a ADREPAL tem outras dívidas e tem empréstimos e isso terá que ser resolvido. É assunto que possivelmente virá a uma das próximas reuniões de Câmara e tem a ver com o contrato que temos com a ADREPAL, neste momento não tenho aqui informação, mas será assunto que virá em breve aos órgãos municipais porque há aí qualquer questão de dilação de tempo para contratualizar este aspeto da compra e de ficarmos efetivamente possuidores de todo o património. Em todo o caso dizer que nessa, como noutras sociedades, não tendo cem por cento do capital não conta para esta consolidação de contas.

Sobre a diferença aqui encontrada não sei se o Dr. Gonçalo nos pode explicar, porque eu também só recebi o documento do ROC hoje. Há de facto aqui informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo, na página vinte e quatro.

O **Sr. Dr. Gonçalo Neto:**

(não foi possível transcrever a explicação uma vez que não se recorreu ao microfone)

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu calculei mas queria a explicação. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Vamos votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezassete da CDU e um do BE) e onze abstenções (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Antes de nos levantarmos, deixem-se só dizer que o fim-de-semana é com certeza, e como sempre, de muitas atividades no concelho. Temos convites para as marchas, entre outras iniciativas, e particularmente

aqui um convite que me pedem que seja estendido a todos os Srs. Membros da Assembleia por parte do Sr. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca e da Sra. Presidente da Festas de Marateca, pelo que fica o convite para todos amanhã às 20 horas, isto uma das muitas iniciativas que acontecem no concelho nos próximos dias.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não esqueçam o nosso ato eleitoral no dia 15 de julho e a necessidade de justificarem, durante a próxima semana, eventuais necessidades de substituição.

Muito obrigada. Boa noite a todos."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e um minuto do dia vinte e sete de junho de dois mil e catorze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e sete de junho de dois mil e catorze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete